

República Federativa do Brasil

ESTADO DO PARÁ

ANO LXXXVI - 87ª da República - Nº 23.678
Belém - Quarta-feira, 04 de janeiro de 1978

DIÁRIO OFICIAL

GOVERNADOR DO ESTADO

Prof. Dr. ALOYSIO DA COSTA CHAVES

VICE-GOVERNADOR

Prof. CLÓVIS SILVA DE MORAIS RÉGO

GABINETE CIVIL

Dr. CARLOS FRAZÃO FILHO

GABINETE MILITAR

Ten. Cel. FRANCISCO RIBEIRO MACHADO

Secretariado

Secretário de Estado de Administração

Prof. HÉLIO ANTÔNIO MOKARZEL

Secretário de Estado do Interior e Justiça

Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS

Secretário de Estado da Fazenda

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MACOLA

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas

Engº PEDRO PAULO DE LIMA DOURADO

Secretário de Estado de Saúde Pública

Dr. MANOEL AYRES

Secretário de Estado de Educação

Prof. ACY DE JESUS N. DE BARROS PEREIRA

Secretário de Estado de Agricultura

Engº Agrº ANTÔNIO ITAYGUARA M. DOS SANTOS

Secretário de Estado de Segurança Pública

Cel. de Exérc. FLARYS GUEDES H. DE ARAUJO

Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Prof. FERNANDO COUTINHO JORGE

Secretário de Estado de Cultura, Desportos e Turismo

OLAVO DE LYRA MAIA

Consultor Geral do Estado

Dr. EDGARD OLINTHO CONTENTE

NESTA EDIÇÃO

1 CADERNO

38 PÁGINAS

PORTARIAS

**Das Secretarias de Estado da
Fazenda e Obras Públicas**

RESOLUÇÃO Nº 156/77

**Do Conselho Estadual de Edu-
cação**

TOMADA DE PREÇO Nº 01/78 - AVISO

**Da Secretaria de Estado da
Viação e Obras Públicas**

CONTRATO

**Do Banco Nacional da Habita-
ção - BNH**

ATAS

De Diversas Firmas

ATOS

**Do Tribunal Regional do Tra-
balho da 8ª Região**

SECRETARIAS

ADMINISTRAÇÃO

Imprensa Oficial do Estado

PORTARIA Nº 003 DE 02 DE JANEIRO DE 1978.

O Diretor-Presidente da **Imprensa Oficial do Estado**, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Designar uma comissão de Licitação integrada dos servidores Ivanildo de Oliveira Soares - Inspetor de Produção, Benedito Augusto do Nascimento - Chefe da Seção de Encadernação e Acabamento e José Ribamar Castro - Redator, para sob a presidência do primeiro apreciarem e julgarem as propostas a serem encaminhadas a esta I.O.E. para a aquisição de uma dobradeira automática destinada ao parque gráfico desta entidade.

Dê-se ciência, registre-se e publique-se.

Dr. FERNANDO FARIAS PINTO

Diretor-Presidente

(G. Reg. nº 016. Dia: 4.01.78)

OBRAS PÚBLICAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE Nº 141 — SEVOP — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1977.

O Engenheiro Pedro Paulo de Lima Dourado, Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Decreto Governamental nº 9.542 de 18/03/76, que delega competência aos Secretários de Estado para decidirem sobre a concessão de gratificação de tempo integral a servidores públicos estaduais;

R E S O L V E:

Conceder ao servidor Célio Chaves de Melo, Assessor de Relações Públicas, CC-8 a Gratificação de Tempo Integral, estabelecida pela Lei nº 3.642, de 14 de janeiro de 1966, na base de 100%.

A presente portaria vigorará a partir de 1º de janeiro de 1978.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. PEDRO PAULO DE LIMA DOURADO

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas

(Ext. Reg. nº 020. Dia: 4.01.78)

PORTARIA DE Nº 142 - SEVOP - DE 28 DE DEZEMBRO DE 1977.

O Engenheiro Pedro Paulo de Lima Dourado, Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Decreto Governamental nº 9.542 de 18/03/76, que delega competência aos Secretários de Estado para decidirem sobre a concessão de Gratificação de Tempo Integral a servidores públicos estaduais;

R E S O L V E:

Conceder a servidora Iracema Fátima da Silva Melo, Diretora da Divisão de Finanças, FG-4, a Gratificação de Tempo Integral, estabelecida pela Lei nº ... 3.642, de 14 de janeiro de 1966, na base de 100%.

A presente portaria vigorará a partir de 1º de janeiro de 1978.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. PEDRO PAULO DE LIMA DOURADO

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas

(Ext. Reg. nº 020. Dia: 4.01.78)

PORTARIA Nº 01/78-SEVOP - DE 02 DE JANEIRO DE 1978.

O Engenheiro Pedro Paulo de Lima Dourado, Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas, por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições;

Considerando o encerramento do atual exercício financeiro e em obediência a Portaria nº 731/77-GAB SEC, da Secretaria de Estado da Fazenda,

R E S O L V E:

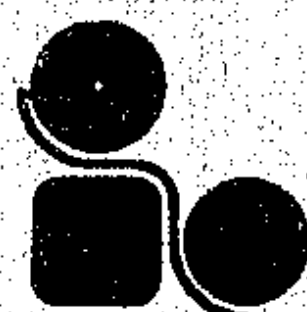
Instituir a Comissão composta dos Srs. Ernesto Reis Braga, Diretor da Divisão de Material; Perácio Leite Vital, Estatístico Contador e Maria de Fátima do Rosário Gonçalves, Escrevente Datilógrafo, todos da SEVOP, para sob a presidência do primeiro procederem a Tomada de Contas do encarregado do Almoxarifado da SEVOP, de acordo com o que determina a Portaria 731/77-GAB SEC, devendo, até o dia 10 de janeiro de 1978, apresentarem o processo em duas vias, para ser encaminhado ao Departamento Central de Contabilidade.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eng. PEDRO PAULO DE LIMA DOURADO

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas

(Ext. Reg. nº 021. Dia: 4.01.78)



IMPRENSA OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO

- ☆ DIRETORIA
- ☆ ADMINISTRAÇÃO
- ☆ REDAÇÃO
- ☆ PARQUE GRÁFICO

Almirante Barroso, 735
Belém - Pará

Gabinete do Diretor-Presidente: 226.0858

Diretoria de Administração: 226.1196

Diretoria de Documentação e Divulgação:
226.0859Posto de Vendas - Centro - Rua 13 de Maio,
280 - Conj. 1: 222.0174Posto de Vendas no Palácio da Justiça
Diretor-Presidente

Dr. FERNANDO FARIAS PINTO

Diretora de Documentação e Divulgação
Profª EUNICE FAVACHO DE ARAUJO

Chefe de Redação e Revisão

RAIMUNDO WALDIR BATALHA LOBÃO

**TABELA DE ASSINATURAS
E PUBLICAÇÕES**

Na Capital

Anual: Cr\$ 1.300,00

Semestral: Cr\$ 700,00

Outros Estados e Municípios

Anual: Cr\$ 2.500,00

Semestral: Cr\$ 2.300,00

D.O. número atrasado por ano, aumenta três
cruzeiros

PUBLICAÇÕES

Página Comum, cada centímetro

Cr\$ 25,00

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 5,00**MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO:**Das 07:30 às 12:30 horas diariamente, exce-
tuando os sábadosRECLAMAÇÕES: 24 horas após a circu-
lação do Diário, na Capital e 8 dias nos Mu-
nicípios e outros EstadosOFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem
acompanhar qualquer publicaçãoASSINATURAS: Capital, Municípios e ou-
tros Estados em qualquer épocaPAGAMENTOS: Sempre em CHEQUE
NOMINAL para IMPRENSA OFICIAL
DO ESTADOFUNCIONÁRIOS PÚBLICOS; inclusive
das AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES e SO-
CIEDADES DE ECONOMIA MISTA: Re-
dução de 50% na assinatura anual do
DIÁRIO:**ANÚNCIOS****Companhia Rio Capim
Agro Pecuária**

C.G.C. 05.074.349/0001-91

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**Ficam convidados os senhores acionistas a se
reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia
16 de Janeiro de 1.978, às 16:00 horas, na sede da
Companhia à rua Santo Antonio, 301 1º andar em
Belém, Estado do Pará, para deliberarem acerca da
seguinte ordem do dia:1º) Reforma dos Estatutos Sociais para sua
adaptação à Lei 6.404, de 15.12.76, com a criação de
um Conselho de Administração;2º) Se aprovada a reforma estatutária, eleição de
um Conselho de Administração, indicação do seu
Presidente e de seu Vice-Presidente, e reestruturação da
Diretoria;3º) Fixação dos honorários do Conselho de
Administração, e da Diretoria;

4º) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Belém, 05 de Dezembro de 1977.-

AMADOR AGUIAR - Diretor Presidente(T. nº. 01790 Reg. nº 6.675 - Dias: 31/12/77-03,
04/01/78)SISTEMA NACIONAL DE CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO - SINAC**Centrais de Abastecimento
do Pará S/A - CEASA/PA**

C.G.C. Nº 04819728/0001

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**CONVOCAÇÃO**Pelo presente EDITAL, ficam convidados os Se-
nhores Acionistas da CENTRAIS DE ABASTECI-
MENTO DO PARÁ S/A - CEASA/PA., a se reunirem
em Assembléia Geral Extraordinária, que se realizará
em sua Sede Social na Alameda CEASA, Km. 4, bairro
do IPEAN, no dia 13 de janeiro de 1978, às 17:00 ho-
ras, para deliberarem sobre a seguinte ordem de as-
suntos:

- a) Adequação dos Estatutos da Sociedade à
LEI nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976;
- b) Fixação da Remuneração do Conselho de
Administração;
- c) O que ocorrer.

Belém, 02 de janeiro de 1978

Bel. JOÃO MARIA FREIRE DE VASCONCELLOS

CHAVES

Diretor Presidente

(Ext. - Reg. nº 033 - Dias: 04, 05 e 06/01/78).

Pastoril e Agrícola Vale do Gurupi S/A.

FAZENDA GURUPI

MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS - PARÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 17 de Janeiro de 1.978, às 16:00 horas, na sede da Companhia, à Fazenda Gurupi, em Paragominas, Estado do Pará, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia:

1º) Reforma dos Estatutos Sociais para sua adaptação à Lei 6.404 de 15.12.76;

2º) Se aprovada a reforma estatutária, eleição dos membros do Conselho de Administração, indicação do seu Presidente e de seu Vice-Presidente, reestruturação da Diretoria;

3º) Fixação dos honorários do Conselho de Administração, e da Diretoria;

4º) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Paragominas, 05 de Dezembro de 1.977.

AMADOR AGUIAR - Diretor Presidente

(T. nº 01790 Reg. nº 6.674 - Dias: 31/12/77-03,
04/01/78)

Frigoríficos e Matadouros do Pará S/A.

FRIMAPA

C.G.C. (MF) - nº 05.056.312/0001-30

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas de FRIGORÍFICOS E MATADOUROS DO PARÁ S/A - FRIMAPA, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 05 de janeiro de 1978, às 15:00 hs., em sua sede social na Estrada do Matadouro s/nº, em Icoaraci, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

- Aumento do Capital Autorizado de Cr\$... 35.000.000,00 (Trinta e cinco milhões de cruzeiros) para Cr\$ 65.000.000,00 (Sessenta e cinco milhões de cruzeiros);
- Alteração estatutária em decorrência do aumento do Capital Autorizado e para adaptá-lo às exigências da Lei (federal) nº 6.404 de 15.12.76;
- Apreciação de renúncia e eleição de um membro do Conselho Fiscal;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação dos seus honorários;
- Destinação de áreas do atual edifício para a Salsicharia e de área do terreno da empresa para implantação de charqueada bem como aprovação da construção do prédio da Admi-

nistração, em função do projeto a ser apresentado à SUDAM;

f) O que ocorrer.

Belém (PA), 29 de dezembro de 1977.

JOSÉ DE MIRANDA CASTELO BRANCO

Diretor-Presidente

(T. nº 01769. Reg. nº 6.629. Dias: 30.12.77 e 3
e 4.01.78).

MT - PORTOBRÁS

Companhia das Docas do Pará (C D P)

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE ORDEM DO DIA

A Companhia das Docas do Pará (CDP), comunica aos Senhores Acionistas que a Ordem do Dia da Assembléia Geral Extraordinária, convocada, através de Edital publicado no Diário Oficial do Estado e nos jornais "O Liberal" e a "A Província do Pará", edição dos dias 23, 26 e 28 de dezembro corrente, fica retificada passando a ter a seguinte redação:

a) - adaptação dos Estatutos Sociais da Empresa às disposições da Lei nº 6.404, de 15.12.1976; e

b) - eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da respectiva remuneração.

Belém, 30 de dezembro de 1977.

Cel. RAUL DA SILVA MOREIRA

Diretor-Presidente

(Ext. - Reg. nº 6663 - Dias: 31/12/77 e 03, 04/01/78).

Companhia Agro-Pecuária Rio Araguaia

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 16 de Janeiro de 1978, às 10:00 horas na sede da Companhia à Rua Santo Antônio, 301 - 1º andar, em Belém, Estado do Pará, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia:

1º) Reforma dos Estatutos Sociais para sua adaptação à Lei 6.404, de 15.12.76, com a criação de um Conselho de Administração;

2º) Se aprovada a reforma estatutária, eleição dos membros do Conselho de Administração, indicação do seu Presidente e de seu Vice-Presidente, e reestruturação da Diretoria;

3º) Fixação dos honorários do Conselho de Administração, e da Diretoria;

4º) Outros assuntos de interesse da Sociedade.
Belém, 05 de Dezembro de 1.977.

AMADOR AGUIAR - Diretor-Presidente

(T. nº 01790 Reg. nº 6673 - Dias: 31/12/77-03,
04/01/78)

Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem - Cata

CGC - (MF) Nº 04.896.759/0001-55

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
REGISTROS NOS GEMEC RPJ - 100 - 75/026

GEMEC RCA 220 -75/185

Comunicamos aos nossos Acionistas que a partir desta data e nas horas de expediente encontram-se à disposição, em nossa sede sita na Avenida Bernardo Sayão, nº 138, todos os documentos a que se refere o Artigo 133, itens I, II e III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Belém Pa., 02 de janeiro de 1978.

a) Ilegível

A DIRETORIA

(T. nº 01792 - Reg. nº 6681 - Dias 03, 04 e 05.01.78)

Transcata S/A - Transportes, Representações e Comércio

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos senhores acionistas de Transcata S/A. - Transportes, Representações e Comércio que se acham a sua disposição, a partir desta data, no horário normal de expediente, na sede da empresa, na Avenida Bernardo Sayão, 138, nesta cidade, os documentos de que trata o art. 133 da Lei nº 6.404/76,

Belém, 03 de janeiro de 1978.

Maria Aurora F. Tavares

Diretora Comercial

(T. nº 01782 - Reg. nº 6654 - Dias 03, 04 e 05.01.78)

Sintéticos Perseverança S.A.

EM LIQUIDAÇÃO

C.G.C. - 04.938.692/0001-74

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Convidamos os acionistas de SINTÉTICOS PERSEVERANÇA S.A. - EM LIQUIDAÇÃO, e se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a se realizar no dia 10 de Janeiro de 1978, na sede social da empresa, à Travessa Quintino Bocaiúva, nº 404, nesta cidade, a fim de deliberar sobre o seguinte:

- a) - Homologação da liquidação da empresa;
- b) - O que ocorrer concernente ao item acima.

Belém (Pa), 30 de Dezembro de 1977.

a) José Ruy Mélero de Sá Ribeiro
Presidente

(T. nº 01784 - Reg. nº 6661 - Dias: 31/12/77 e 03, 04/01/78).

Agropecuária Vale do Suiá S/A. AGROVAS

C.G.C.M.F. nº 04.984.795/0001

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da AGROVAS - Agropecuária Vale do Suiá S/A., para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, realizar-se no dia 23 de janeiro de 1978, às 17:00 horas, na sede social, na Praça da Bandeira, 112, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- a) Adaptação dos estatutos às disposições da nova lei de sociedade anônima, Lei nº 6.404, de 15.12.1976;
- b) Eleição do Conselho de Administração e fixação de honorários;
- c) Aumento de capital social autorizado, representado por ações ordinárias, em Cr\$... 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros);
- d) Novo endereço da sede social, em Belém, Pará;
- e) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Belém (Pa), 21 de dezembro de 1977.

Dr. Eclérion de Araújo Trein

Diretor-Presidente - CPF 004464670

(Ext. Reg. nº 017 - Dias: 4, 5 e 6/01/78)

AGROVAS - Agropecuária Vale do Suiá S/A.

C.G.C.M.F. nº 04.984.795/0001

Ata de Assembléia Geral Ordinária, realizada em vinte e nove de abril de 1977.

Aos vinte e nove dias de abril de 1977, às 17 horas, em sua sede social, na Praça da Bandeira, 112, nesta cidade, reuniram-se os acionistas da AGROVAS - Agropecuária Vale do Suiá S/A., para a Assembléia Geral Ordinária, conforme convocação adiante transcrita. Presentes os senhores acionistas representando a totalidade do capital social, portadores de Ações Nominativas, conforme se verifica das assinaturas no livro Presença de Acionistas. Na forma estatutária, o Diretor Presidente da entidade, Dr. Eclérion de Araújo Trein, deu por instalada a presente Assembléia, solicitando aos presentes que escolhessem dentre os acionistas o Presidente da Assembléia em curso. Por aclamação geral assumiu a presidência dos trabalhos o próprio acionista Dr. Eclérion de Araújo Trein, que convidou a mim Elcio Menegaz, para secretário, ao que acedi. Aceita a incumbência, o Sr. Presidente, pediu a mim, secretário, que procedesse à leitura dos documentos a que se referem os artigos 88 e 89 do Decreto-Lei 2627, de 26.09.1940, os quais foram publicados no **Diário Oficial do Estado do Pará**, nos dias 24, 25 e 26 de março de 1977, e do seguinte teor: "AGROVAS - Agropecuária Vale do Suiá S/A. - C.G.C.M.F. nº ...

04.984.795/0001 - Assembléia Geral Ordinária - Primeira Convocação. Ficam convocados os senhores acionistas da AGROVAS - Agropecuária Vale do Suiá S/A., para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 1977, às 17 horas, na sede social, na Praça da Bandeira, 112, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

a) - Leitura, exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstrativo da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social de 1976; b) - Eleição dos Membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, para o próximo exercício, bem como a fixação de seus honorários; c) - Fixação dos honorários da Diretoria para o próximo exercício; d) - Outros assuntos de interesse da sociedade, que não dependam de convocação especial. Outrossim, acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 99, do Decreto-Lei nº 2627, de 26 de setembro de 1940. Belém, 10 de abril de 1977. Dr. Eclérion de Araújo Trein - Diretor-Presidente - CPF 004.464.670.

Após a leitura dos documentos acima, o Sr. Presidente submeteu à Assembléia Geral os documentos mencionados no item "A" do Edital de Convocação, verificando-se sua aprovação por unanimidade de votos, ressalvados os legalmente impedidos. A seguir o Sr. Presidente, submeteu à Assembléia, a eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, para o próximo exercício, tendo sido reeleitos os senhores: Alcides Tarasconi, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado na Rua Morom, 1251, em Passo Fundo, RS, CIC 004.116.630; Mário Machado Cornélio, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado na Rua Morom, 2032, em Passo Fundo, RS, CIC 007.754.520; Ady João Troglia, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Eduardo de Britto, 563, em Passo Fundo, RS, CIC 030.739.120. Para suplentes, foram eleitos os senhores: Juarez Glenio Tarasconi, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Rua Independência, 532, aptº 11, em Passo Fundo, RS, CIC nº 068.642.810; Carlos Antônio Madalosso, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Av. Brasil, s/n, em Passo Fundo, RS, 006.713.710; e Ruy Carlos Donadussi, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Av. Brasil, s/n, em Passo Fundo, RS, CIC 009.955.500. A Assembléia fixou em Cr\$... 1.030,00 (Hum mil e trinta cruzeiros) mensais os honorários de cada Conselheiro, quando no exercício de suas funções. A seguir passou-se à letra "C" do Edital, o que diz respeito à fixação dos honorários da Diretoria para o próximo exercício. O Sr. Presidente sugeriu que não haveria aumento de honorários para o corrente ano, verificando-se aprovação por unanimidade de votos, permanecendo assim Cr\$ 9.000,00 (Nove mil cruzeiros) mensais. A seguir passou-se à letra "D" do Edital de Convocação, tendo o Presidente tecido considerações do interesse da sociedade, tendo oferecido a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém desejasse dela fazer uso, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão foi esta Ata que eu secretário redigi e mandei lavrar, lida e achada conforme, sendo assinada por todos os presentes.

Belém - Pa, 29 de abril de 1977.

Dr. Eclérion de Araújo Trein

Diretor Presidente - CPF 004464670

Elcio Menegaz

Secretário - CPF 031307540

CARTÓRIO KÓS MIRANDA

6º Ofício de Notas

Reconheço as 2 (duas) assinaturas supra assinaladas.

Em sinal C.N.A.R. da verdade.

Belém, 2 de junho de 1977.

Carlos N. A. Ribeiro

Tabelião Substituto

Junta Comercial do Estado do Pará

— J U C E P A —

Certifico que, por decisão da Primeira Turma, reunida em 26.12.77, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 2623-77, a 1ª via da presente Ata de AGROVAS - Agropecuária Vale do Suiá S/A.

Belém, 26 de dezembro de 1977.

Alfredo Ferreira Coelho

Secretário-Geral da JUCEPA

Adalberto Acatauassú Nunes

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará

JUNTA COMERCIAL DO PARÁ

"J U C E P A"

Aprovado sem efeito retroativo, na conformidade do disposto no Parágrafo Único, do art. 73 do Dec. Federal nº 57651, de 19.01.1966.

Belém, 26 de dezembro de 1977.

Alfredo F. Coelho

Secretário-Geral

Adalberto A. Nunes

Presidente

(Ext. Reg. nº 016. Dia: 4.01.78)

Sobral, Irmãos S.A.

(SISA)

CGC - 04894176/0001-95

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 12 de janeiro de 1978, às 17:00 horas, em nossa sede social na Rua da Olaria nº 92, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- a) Aumento do Capital Autorizado;
- b) Reforma dos Estatutos;
- c) O que ocorrer.

Belém, 03 de janeiro de 1978

A DIRETORIA

(Ext. - Reg. nº 024 - Dias: 04, 06 e 10/01/78).

S. L. Aguiar, Fibras Sementes e Óleos, S.A.

Ata de Assembléia Geral Extraordinária,
realizada em 30 de novembro de 1977

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e sete, às dezesseis horas, na sede social da empresa sita na Av. 16 de Novembro nº 129 nesta Cidade de Belém do Pará, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os acionistas de S. L. Aguiar, Fibras Sementes e Óleos, S.A., que representavam a totalidade do capital social, conforme consta do livro de Presença de Acionistas. Assumiu a direção dos trabalhos o Presidente da Empresa Sr. Salomão Leão Aguiar, que convidou a mim Leão Salomão Aguiar para secretariá-lo. De início pediu-me o sr. Presidente que passasse à leitura do Edital de convocação, da presente Assembléia, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e no Jornal A Província do Pará, nos dias 26, 29 e 30 de novembro de 1977 e 17, 18 e 19 de novembro de 1977 respectivamente, cujo teor é o seguinte: S. L. Aguiar, Fibras Sementes e Óleos S/A. Assembléia Geral Extraordinária. Convocação. Convidam-se os Senhores acionistas de S. L. Aguiar, Fibras Sementes e Óleos S.A., a reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 30 de novembro de 1977, às 16 horas, na sede social da empresa sita na Av. 16 de Novembro nº 129, em Belém do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) transformação da estrutura jurídica da empresa de Sociedade Anônima para sociedade por quotas de responsabilidade limitada; b) o que ocorrer. Belém (Pa.), 07 de novembro de 1977. A Diretoria. Em prosseguimento aos trabalhos, expôs o Sr. Presidente: que a sociedade estava esvaziada quanto ao seu objeto social, reduzida a quatro acionistas, subsistindo em função da renda gerada pelo patrimônio; que dessa maneira, se lhe afigurava de todo conveniente transformá-la em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com novo objeto social, apropriado ao momento da empresa. Disse mais que, tendo já o assunto sido debatido informalmente, parecia dispensar maiores considerações, ao que acederam os presentes. Formularam-se as seguintes proposições: a) Transformar a sociedade anônima S. L. Aguiar, Fibras Sementes e Óleos S.A. em sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação de S. L. Aguiar Administração e Participação de Negócios Ltda., com objeto social conforme inserida na própria denominação, a reger por contrato social a ser aprovado, regulada pelo Decreto-Lei nº 3706, de 10 de 01.1919, com capital social de Cr\$ 973.000,00 (novecentos e setenta e três mil cruzeiros) dividido em quotas do valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, valores estes equivalentes ao atual capital da sociedade anônima ora em transformação; b) não solução de continuidade da pessoa jurídica, derogados a S. L. Aguiar Administração e Participação de Negócios Ltda., todos os direitos e obrigações de S. L. Aguiar, Fibras Sementes e Óleos S.A.; c) não reavaliação do patrimônio da sociedade para fins da presente transformação, mantidos os valores contábeis. As

proposições foram aprovadas por unanimidade. Em continuidade aos trabalhos o sr. Presidente pediu a mim, secretário, que lesse em voz alta o instrumento do Contrato Social, previamente preparado e assinado por todos os presentes. Finda a leitura, abriu-se discussão sobre a peça. Ninguém se manifestou. Foi posta em votação e aprovada unanimemente. Com a palavra, o sr. Presidente disse que, em virtude do contrato social ter sido aprovado e estando cumpridas todas as formalidades legais, estava transformada definitivamente a sociedade anônima S. L. Aguiar, Fibras Sementes e Óleos S.A., em sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação de S. L. Aguiar Administração e Participação de Negócios Ltda. Em seguida declarou o Sr. Presidente que se tomariam todas as providências para o arquivamento dos trabalhos referentes à transformação na Junta Comercial do Estado do Pará, bem como, que seria providenciado o que mais fosse necessário em razão da transformação da sociedade, pedindo ainda que se diligenciasse a fim de que não houvesse solução de continuidade dos negócios. Suspensos os trabalhos para feitura da ata, foram os mesmos reabertos, havendo o sr. Presidente pedido a mim, Secretário, que a lesse em voz alta sendo achada conforme pelos presentes a aprovada e assinada por todos. Belém, Pa., 30 de novembro de 1977. aa) Salomão Leão Aguiar, Leão Salomão Aguiar, Franklin Bacelar Aguiar e Clara Aguiar de Contente. A presente Ata é cópia fiel e autêntica da Ata lavrada no Livro próprio de Ata de Assembléias Gerais de S. L. Aguiar, Fibras Sementes e Óleos, S.A., à qual me reporto.

LEÃO SALOMÃO AGUIAR

CPF. — 000596252

Secretário

CARTÓRIO CONDURÚ

4º OFÍCIO

Reconheço a assinatura de Leão Salomão Aguiar.

Belém, 26 de dezembro de 1977.

Em testemunho A. C. P. C. da verdade.

ANTONIO CARLOS P. DA CUNHA

Escrevente Autorizado

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
— JUCEPA —

Certifico que, por decisão da Segunda Turma, reunida em 27.12.77, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 2632-77, a 1ª via da presente Ata de S. L. Aguiar, Fibras, Sementes e Óleos S.A.

Belém, 27 de dezembro de 1977.

ALFREDO FERREIRA COELHO

Secretário Geral

ADALBERTO ACATAUASSÚ NUNES

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará

(Ext. Reg. nº 008 - Dia: 04.01.78)

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

Ministério da Saúde

Contrato de locação do imóvel, situado na Av. Almirante Barroso nº 244, na Cidade de Belém, Estado do Pará, celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública como Locatário, e o Sr. Antônio Pinheiro do Nascimento como Locador.

Aos dois (02) dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1.978), na sede da Diretoria Regional da SUCAM do Pará, localizada na Av. Nazaré nº 582 em Belém, Estado do Pará, aí presentes, de um lado, o Ministério da Saúde, neste ato representado pelo Diretor Regional do Pará da SUCAM, Dr. Zoênio Mota Gueiros, conforme atribuição contida na alínea "g" do artigo 114 do Regimento interno da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde, baixado pela Portaria Ministerial nº 161/Bsb. de 07.05.76, publicado no D. O. de 28.05.76, adiante denominado simplesmente Locatário e de outro lado, o Sr. Antônio Pinheiro do Nascimento, brasileiro casado, comerciante, portador do Título Eleitoral nº 2.716, C. P. F. 000340372, residente na Rua Senador Manoel Barata nº 124, na qualidade de proprietário do imóvel objeto do presente contrato, conforme título de propriedade transcrito no RGI sob o nº 10.906, a seguir designado, apenas Locador - resolveram firmar o presente contrato de locação, de acordo com as cláusulas e condições seguintes, que aceitam, ratificam e outorgam, o Locatário em nome da União, e o Locador por si, herdeiros e sucessores, consoante minuta aprovada por despacho do Exmo. Sr. Ministro da Saúde, exarado em 28 de novembro de 1977, no Processo M. S. nº 12.866/77.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - O presente contrato tem por objeto a locação do imóvel situado na Avenida Almirante Barroso nº 244, na cidade de Belém, Estado do Pará, constituído de prédio de dois (02) pavimentos, com vinte e oito (28) cômodos, e área útil de 782 m², e de um terreno de 1.115,4 m², que o Locador seu proprietário, dá em locação ao Locatário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DESTINAÇÃO - O imóvel destina-se ao funcionamento de repartição do Locatário o qual, sem prévia e expressa autorização do Locador, não poderá ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, salvo se o cessionário for entidade pertencente a administração descentralizada do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL - O presente contrato rege-se pelo Código de Contabilidade da União (Decreto nº 4.536, de 28

de janeiro de 1.922), pelo Regulamento Geral de Contabilidade Pública (Decreto nº 15.783, de 08 de novembro de 1.922) e pelas disposições dos Decretos nºs. 4, de 7 de fevereiro de 1.966 e 200, de 25 de fevereiro de 1.967, e da Lei nº 5.334, de 12 de outubro de 1.967, combinado com as normas do Código Civil.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO - O presente contrato é firmado pelo prazo de dois (02) anos, com efeitos a partir de sua assinatura pelas partes, ficando automaticamente prorrogado por prazos iguais e sucessivos, até cinco (05) anos, caso qualquer das partes não se manifeste por escrito, com antecedência mínima de sessenta (60) dias do respectivo termo, devendo ser publicado no Diário Oficial dentro de dez (10) dias, conforme o disposto no art. 789, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR DO ALUGUEL - O aluguel do imóvel é de Cr\$-30.000,00 (Trinta mil cruzeiros) mensais.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO - Decorrido o primeiro (1º) ano de vigência do contrato, o aluguel a que se refere a cláusula quinta será monetariamente corrigido de acordo com o sistema especial de atualização monetária a ser estabelecido por ato do Poder Executivo, de conformidade com o disposto no art. 2º e seu Parágrafo Único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1.973.

CLÁUSULA SÉTIMA - COBRANÇA DO ALUGUEL - Os aluguéis serão cobrados pelo Locador, mediante a apresentação das respectivas faturas elaboradas com observância da legislação em vigor, até o décimo (10º) dia útil do mês seguinte ao vencido, na Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Diretoria Regional da SUCAM do Pará, obrigando-se, o Locatário a providenciar as medidas legalmente necessárias a liquidação das referidas faturas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - O Locador comparecerá ao guichê competente, na data fixada, para receber os aluguéis e despesas concernentes.

CLÁUSULA OITAVA - IMPOSTO PREDIAL, TAXAS DE SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO E SEGURO - Além do aluguel, reembolsará o Locatário ao Locador nas épocas oportunas, mediante faturas próprias, as despesas correspondentes ao imposto predial e taxas ou tarifas de serviços estaduais ou municipais de água e esgoto, e seguro contra fogo, relativos ao imóvel locado, excluídas as multas e juros de mora devidos por atraso no pagamento, juntando o Locador às faturas os respectivos comprovantes dos pagamentos efetuados, processadas essas faturas na forma da cláusula sétima.

CLÁUSULA NONA - BENFEITORIAS - Fica o Locatário desde já autorizado a proceder no imóvel ora locado as adaptações necessárias ao seu

adequado funcionamento sem que os materiais usados passem a integrar o patrimônio do Locador.

SUBCLAUSULA PRIMEIRA - Finda a locação será o imóvel restituído ao Locador nas condições em que se encontrava no momento da assinatura do presente contrato, admitidos os naturais desgastes decorrentes do uso normal.

SUBCLAUSULA SEGUNDA - O Locatário só poderá executar obras que impliquem em alteração ou modificação da planta do imóvel locado, mediante consentimento expresso e por escrito do Locador, observadas as disposições legais e regulamentos pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - REPARAÇÕES - O Locatário fica autorizado pelo Locador a proceder no imóvel locado a todas as reparações que o mesmo venha necessitar de acordo com a hipótese prevista sob o art. 1.206 do Código Civil.

SUBCLAUSULA ÚNICA - As despesas correspondentes às reparações de que trata esta cláusula correrão por conta do Locador, que reembolsará ao Locatário os correspondentes montantes, através de descontos, desde já, autorizados nos valores mensais, dos aluguéis de modo que tais descontos mensais não ultrapassem de um quarto (1/4) os referidos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - A Despesa com a execução do presente contrato correrá à conta do Elemento de Despesa 3.1.3.2., do Orçamento Geral para o exercício financeiro de 1.978, Lei nº 6.486, de 06 de dezembro de 1.977, D. O. de 09.12.77, e, nos exercícios futuros, à conta das dotações orçamentárias previstas para atender às despesas da mesma natureza, tendo sido emitido o empenho nº.....

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO - O presente contrato de locação continuará em vigor na hipótese de alienação do imóvel de acordo com o disposto no art. 1.197, parte final do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÃO - O presente contrato poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas, através de termo aditivo por acordo das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO - O presente contrato poderá ser rescindido antes do termo final, pelo Locatário, em virtude de motivo superveniente, desobrigado, desde já, com plena concordância do Locador, do ônus decorrente da rescisão prevista no parágrafo único do art. 1.193 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO - Quaisquer questões oriundas do presente contrato serão dirimidas pelo foro da Justiça Federal, Seção Judiciária, do Estado do Pará.

E, por estarem acordes, foi o presente contrato, depois de lido e achado conforme, assinado a fl. 52 V do livro especial de "Contratos" (Art. 783 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública), pelas partes supramencionadas, em presença das testemunhas abaixo firmadas, e por mim Maria Denise Farias Teixeira que o lavrei, dele se extraindo cópias para sua publicação e execução.

Antônio Pinheiro do Nascimento

LOCADOR

Dr. Zoênio Mota Gueiros

LOCATÁRIA

TESTEMUNHAS:

Max da Rocha Martins

Maria Lúcia Barata

(T. nº 01796 - Reg. nº 005 - Dia 04.01.78)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Extrato Contratual

Termo de Contrato nº 039/77, assinado em 28.12.77, entre a Universidade Federal do Pará e a firma SITHIL-Sistema de Telecomunicações Ltda., para execução de serviços necessários à recuperação do Ramal Telefônico do Campus Universitário, no Guamá, de acordo com a Tomada de Preço nº DO-04/77 e os processos nºs 23110/77 e 17903/77. Valor: Cr\$ 197.307,00 (cento e noventa e sete mil, trezentos e sete cruzeiros). Prazo: 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura, corrigido a despesa à conta do programa 0844.021.2018, Elemento 3.1.3.2, estando devidamente arquivada sob os números 6561 a 6563/77.

a) Prof. Dr. ANGELO AMARAL BARREIRO

Peitor - p/Contratante

a) Dr. ERYCURI DE JESUS MOTA

Diretor - p/Contratada

(Ext. Reg. nº 019 - Dia: 04.01.78)

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN

Termo Aditivo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre partes, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, o Banco do Estado do Pará S/A - BEP e a Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Salinópolis, visando ao atendimento de parte do Projeto Sistema de Infraestrutura Viária e Serviços Urbanos da Coleta de Lixo da Cidade.

Aos 29 dias do mês de dezembro de 1977, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, representada, por seu titular, Dr. FERNANDO COUTINHO JORGE, o Banco do Estado do Pará S/A, representado por seus diretores Sr. JOÃO ELIAS NAZARÉ CARDOSO e Dr. ADRIANO VELLOSO DE CASTRO MENEZES de um lado, e de outro a Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Salinópolis, representada por seu Prefeito Municipal Dr. Walter de Jesus Amaral, resolvem aditar o Convênio firmado em 04 de junho de 1977, celebrado entre os referidos Órgãos, visando ao atendimento de parte do Projeto - "Sistema de Infraestrutura Viária e Serviços Urbanos da

Coleta de Lixo da Cidade," através das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica retificada a classificação Orçamentária do Plano de Aplicação anexo ao Convênio original para a que consta do Plano de Aplicação anexo ao presente Termo Aditivo, mantidos os demais itens do mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA - São ratificadas todas as demais cláusulas, condições e encargos do Convênio Original.

E por estarem assim, justas e avençadas as partes convenientes assinam o presente termo, em 04 (quatro), vias de igual teor que vai subscrito pelas testemunhas abaixo.

Belém (Pa.), 29 de dezembro de 1977.

Dr. Fernando Coutinho Jorge

Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

João Elias Nazaré Cardoso

Presidente do Banco do Estado do Pará S/A

Dr. Adriano Velloso de Castro Menezes

Diretor do Banco do Estado do Pará S/A

Dr. Walter de Jesus Amaral

Prefeito Municipal de Salinópolis

TESTEMUNHAS:

Ass. Ilegíveis

ANEXO AO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL — SEPLAN, O BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - BEP E A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE SALINÓPOLIS.

PLANO DE APLICAÇÃO

4000 - Despesas de Capital

4100 - Investimentos

4120 - Serviços em Regime de Programação Especial

- Recursos Destinados a:

a) Construção de meios fios e linhas d'água, nas ruas

I) Travessa 31 de janeiro - 300 m²

II) Rua José Bonifácio - 440 m²

III) Avenida Almt. Barroso - 1220 m²

IV) R. Manoel Pedro de Castro - 420 m

V) R. Capitão João Neto - 300 m

VI) Concordância de meios fios da Avenida Miramar com a Rua Iracema, Floriano Peixoto, Tiradentes e José Bonifácio - 80 m

b) Tapação de buracos ao longo das ruas ou avenidas - João Pessoa, Manoel Pedro de Castro, 7 de Setembro, Juscelino Kubitschek, Miramar, Eurico Castilhos, Assis de Vasconcelos, Ezequiel Lisboa, Balduino Borges, Presidente Vargas, S. Tomé, Siqueira Campos, Senador Lemos, Pedro Santos e Outros - 100 m³

c) Piso de ruas sujeitas a erosão que devem ter seus leitos cimentados:

I) Manoel Pedro de Castro - 2.100 m²

II) Rui Barbosa - 900 m²

III) José Bonifácio - 320 m²

IV) Área circundante ao mercado do Porto Grande - 1.200 m²

d) Passagens d'água, com aplicação de tubos de concreto armado, com diâmetro de 0,80 m:

I) Avenida Miramar - 300 m

II) Avenida Presidente Vargas - 200 m

TOTAL Cr\$ 991.676,40

(Ext. Reg. nº 007 - Dia 04.01.78)

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral — SEPLAN

Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços para concepção de um Sistema de Planejamento Metropolitano.

Aos 29 dias de dezembro de 1977, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, daqui por diante chamada simplesmente CONTRATANTE, devidamente autorizada através da Resolução nº 010/77- CONBEL, o Banco do Estado do Pará S/A - BEP, agente financeiro do FUNDEPARÁ/FUNDO METROPOLITANO, de um lado e de outro, a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM, daqui por diante chamada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar ao contrato de prestação de serviços para concepção de um sistema de Planejamento Metropolitano, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica retificada a discriminação das parcelas de liberação, concomitantemente à entrega dos produtos das etapas a seguir referidas, constantes na proposta técnica a ser também detalhada por esse aditivo:

1 - Cr\$- 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros) na entrega e aprovação do referido no item 01;

2 - Cr\$- 100.000,00 (Cem mil cruzeiros) na entrega e aprovação do referido no subitem 02.1;

3 - Cr\$- 100.000,00 (Cem mil cruzeiros) na entrega e aprovação do referido no subitem 02.2;

4 - Cr\$- 100.000,00 (Cem mil cruzeiros) na entrega e aprovação do referido no subitem 02.3;

5 - Cr\$- 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros) na entrega e aprovação do referido no subitem 02.4;

6 - Cr\$- 1.000.000,00 (Hum milhão de cruzeiros) na entrega e aprovação do referido no subitem 02.5.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica detalhado o resumo da proposta técnica, anexo ao contrato original, nos itens especificados abaixo:

1 - Elaboração de um esquema articulativo capaz de viabilizar a operacionalização do Sistema;

2 - Estruturação do Sistema Metropolitano de Planejamento;

2.1 - Pesquisa sobre a Legislação existente (federal, estadual);

2.2 - Detalhamento das funções metropolitanas;

2.3 - Pesquisar nos órgãos atuantes na RMB, nos três níveis de governo; seus campos de

ação (competência) estrutura interna, planos de trabalho para 77/78, recursos disponíveis, etc...;

2.4 - Estruturação propriamente dita;

2.5 - Regulamentação e institucionalização;

3 - Implantação do Sistema Metropolitano de Planejamento;

3.1 - 1º Relatório de andamento;

3.2 - 2º Relatório de andamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - São ratificadas todas as demais Cláusulas, condições e encargos do contrato original.

E por estarem justas e avençadas as partes contratantes assinam o presente, em 04 (quatro) vias, que vai subscrito pelas testemunhas abaixo.

Belém, (PA), 29 de dezembro de 1977.

Pela SEPLAN:

Dr. Fernando Coutinho Jorge

Pelo BEP:

João Elias Nazaré Cardoso

Dr. Adriano Velloso de Castro Menezes
Pela CODEM:

Paulo de Araújo Leal Martins

Jorge Derenji

TESTEMUNHAS:

Ass. Ilegíveis

(Ext. Reg. nº 006 - Dia 04.01.78)

Conselho Estadual de Educação

RESOLUÇÃO Nº 156 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977

EMENTA: Autoriza regularização de Vida Escolar e toma medidas quanto a Escola "Santa Rita".

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, usando de suas atribuições e, de acordo com a decisão do Plenário em sessão realizada no dia 22.12.1977 (Proc. nº 363/77- CEE)

RESOLVE PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica autorizada a Secretaria de Estado de Educação, a proceder a regularização de vida escolar dos alunos da Escola SANTA RITA (Rodovia Artur Bernardes, Passagem Santa Rita), da seguinte forma:

1. Submeter os alunos de até a 4ª série, a teste de verificação, a fim de obter o nível de escolaridade e regularização do histórico escolar.

2. Quanto aos alunos de 5ª série e subsequentes:

a) os que estiverem fora da faixa etária normal de escolaridade, deverão frequentar a 3ª etapa do curso Supletivo, desde que aprovadas em teste classificatório, a nível de 4ª série;

b) os que estiverem dentro da faixa etária normal, deverão prestar exames das disciplinas do Núcleo Comum, a nível de 5ª a 6ª séries.

Art. 2º - A Escola em questão somente poderá voltar a funcionar se providenciar sua regularização perante a Secretaria de Estado de Educação, consoante a legislação e normas do Conselho Estadual de Educação vigentes.

Parágrafo Único - Caberá igualmente à Secretaria de Estado de Educação, determinar as medidas necessárias à observância do estabelecido neste artigo.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Educação do Pará, em Belém, 22 de dezembro de 1977.

Dr. Octávio Cascaes

Presidente do Conselho de Educação

(Ext. Reg. nº 023 - Dia 04.01.78)

ESTADO DO PARÁ Prefeitura Municipal de Prainha

LEI Nº 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1976

Autoriza o Executivo Municipal a doar o Prédio da antiga usina de Força e Luz e um terreno ao Clube de Mães.

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Prainha, Estado do Pará, Estatui e o Prefeito Sanciona e faz publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - FICA o Senhor Prefeito Municipal, autorizado a doar ao Clube de Mães "Sagrada Família", Sociedade Filantrópica, C. G. C. nº... 04860862/0001, o prédio e terreno da antiga Prefeitura.

Art. 2º - O imóvel encontra-se localizado na Travessa Augusto Montenegro, esquina com a Rua Barão do Rio Branco, nesta cidade, medindo 40.80 (quarenta metros e oitenta centímetros) de frente por 10.80 (dez metros e oitenta centímetros) de fundos, com área construída de 52.00 m² (cinquenta e dois metros quadrados).

Art. 3º - O prédio doado destina-se à Sede do mencionado Clube e o terreno para ampliação da mesma.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Prainha, em 16 de dezembro de 1976.

José Alfredo Silva Hage

Pref. Constitucional de Prainha

(T. nº 01800 - Reg. nº 025 - Dia 04.01.78)

LEI Nº 11, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1976

Autoriza a Doação do Prédio e Terreno do antigo Posto Médico, à Secretaria de Estado de Agricultura.

A Câmara Municipal de Vereadores de Prainha, Estado do Pará, estatui e o Prefeito sanciona e faz publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - FICA o Senhor Prefeito Municipal autorizado a doar à Secretaria de Estado de Agricultura, o Prédio do antigo Posto Médico e uma área de terra com 744 m² (setecentos e quarenta e quatro metros quadrados).

Art. 2º - O imóvel doado encontra-se situado na Travessa Benjamim Constant, esquina com a Rua Barão do Rio Branco, medindo 31.00 (trinta e um) metros de frente por 24.00

(vinte e quatro) ditos de fundos, com uma área construída de 102.00 m² (cento e dois metros quadrados).

Art. 3º - O Prédio doado destina-se à Casa da Agricultura, neste Município.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Prainha, em 16 de dezembro de 1976.

José Alfredo Silva Hage

Pref. Constitucional de Prainha

(T. nº 01800 - Reg. nº 025 - Dia 04.01.78)

Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belém

ELEIÇÕES SINDICAIS

A V I S O

Será realizada, eleição no dia 11 de abril de 1978, na sede desta entidade, na Rua 28 de Setembro nº 16/22, no Edifício do Clube de Diretores Lojistas de Belém, para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados representantes, devendo o registro de chapas ser apresentado à Secretaria, no horário de 14:00 às 20:00 horas, no período de 20 (vinte) dias a contar da publicação deste Aviso. Edital de Convocação da eleição encontra-se afixado na sede desta entidade e na Federação do Comércio do Estado do Pará.

Belém, 04 de janeiro de 1978.

Manoel Jorge Vieira Colares

Presidente

(T. nº 01801 - Reg. nº 022 - Dia 04.01.78)

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas — SEVOP —

TOMADA DE PREÇO Nº 01/78

A V I S O

A Comissão da Licitação, avisa aos interessados que se encontra afixado no hall de entrada, na sede da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, situada à Trav. do Chaco nº 2158, o Edital da Tomada de Preço nº 01/78-SEVOP, para fornecimento de materiais de construção, agrupados em: 01 - Ferragens em Geral; 02 - Madeiras em Geral; 03 - Material Elétrico e Bombas; 04 - Material Cerâmico; 05 - Materiais de Fibrocimento; 06 - Materiais Hidráulicos; 07 - Tintas em Geral e 08 - Vidros.

A abertura das propostas ocorrerá no dia 10 de janeiro em curso, às 17 horas.

Os elementos necessários para a Licitação poderão ser obtidos na sala da Divisão de Material, do Departamento de Administração desta Secretaria.

Belém, 03 de janeiro de 1978

Ernesto Reis Braga

Presidente da Comissão da Licitação

VISTO:

Engº Pedro Paulo de Lima Dourado

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas
(Ext. Reg. nº 013 - Dias: 04, 05 e 06.01.78)

Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI

CONTRATO PARTICULAR

Contrato particular de locação de imóvel urbano (parte térrea), situado na Cidade de Bragança, Estado do Pará, à Praça Marechal Deodoro s/nº, que entre si fazem de um lado a Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI como locatária e de outro, o Sr. José Maria Cardoso, como locador, abaixo melhor se declarando:

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Locação, para fins de instalação da Casa do Agricultor - CASAGRI, tendo como locatário a Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI, representada neste ato pelo seu Secretário Engº Agrº Antonio Itayguara Moreira dos Santos, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade de Belém, e tendo como locador o Sr. José Maria Cardoso, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Bragança, Estado do Pará, têm entre si justo e contratado a locação do imóvel abaixo descrito, mediante as cláusulas e condições adiante especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O locador dá em locação à locatária a parte térrea do imóvel urbano, situado no município de Bragança, Estado do Pará, à Praça Marechal Deodoro s/nº, pelo prazo de um (1) ano, a contar de 02.01.78 a 31.12.78. Podendo ser renovado, desde que obedecidos os índices decretados pelo Governo Federal a cada ano, sobre o valor mensal do aluguel ora contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA: O imóvel ora locado destina-se ao funcionamento da Casa do Agricultor (CASAGRI) e do Serviço de Informação do Mercado Agrícola (SIMA).

CLÁUSULA TERCEIRA: O valor do aluguel ora contratado é de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) mensais o qual deverá ser pago até o dia cinco (5) do mês subsequente ao vencido, na Divisão de Finanças à conta dos recursos distribuídos no Elemento de Despesa 3.1.3.2, constante do Orçamento desta Secretaria de Estado de Agricultura no exercício de 1978.

CLÁUSULA QUARTA: O pagamento das taxas de água, luz e saneamento que incidam sobre o imóvel objeto deste Contrato, ficarão a cargo e sob a responsabilidade da locatária.

CLÁUSULA QUINTA: A locatária se obriga a comprometer-se pela boa conservação do prédio locado, correndo por sua conta e inteira responsabilidade, todas as despesas com a limpeza, conservação de reparos que se fizerem necessários durante a vigência deste Contrato, incumbindo-se de devolver o imóvel objeto deste Contrato, nas condições em que o receber.

CLAUSULA SEXTA: Não poderá a locatária realizar alteração ou modificação na estrutura do prédio locado sem autorização por escrito do locador, ficando incorporado ao imóvel as benfeitorias que fizer, independentes de qualquer indenização.

CLAUSULA SÉTIMA: A locatária fica conveniado que, não poderá ceder, emprestar, transferir ou sublocar, no todo ou em parte, a coisa locada, sem o consentimento por escrito do locador.

CLAUSULA OITAVA: A parte que deliberadamente infringir qualquer das cláusulas do presente contrato, será o mesmo havido como rescindido, além de ficar sujeito à pena de embolsar à outra parte, em moeda corrente e legal no País, a quantia correspondente ao valor do restante do contrato, independente de responder por perdas e danos que ocasionar, e, elegem o Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para nele demandarem os contratantes, no que diz respeito ao não cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

CLAUSULA NONA: Todas as despesas necessárias à legalização do presente Contrato, correrão por conta exclusiva da locatária.

CLAUSULA DÉCIMA: É facultado à locatária usar o imóvel urbano locado, além do fim a que se destina, também para residência de seus funcionários, bem como para um Posto de Revenda, Depósitos de Mercadorias e Materiais da mencionada Secretaria de Estado de Agricultura.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este, em cinco (5) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos legais, em presença de duas testemunhas, devendo o mesmo ser enviado ao Registro Especial de Títulos e Documentos.

Belém, 02 de janeiro de 1978

Engº Agrº Antonio Itayguara M. dos Santos

Locatário

José Maria Cardoso

Locador

TESTEMUNHAS:

aa) Ilegíveis

(Ext. Reg. nº 014 - Dia 04.01.78)

Conselho Regional de Contabilidade do Pará

ERRATA

Na publicação Resolução C.R.C.-PA. Nº 73/77 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1977

DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO, A PROMOÇÃO E A ESTABILIDADE NO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ, inserida no "D.O." Nº 23.675, de 30 de dezembro de 1977, saiu com incorreção.

Onde se lê:

— À pág. 25, 1ª coluna —

Parágrafo único — na **proporção** se observará o interstício de tempo mínimo de um ano da admissão do funcionário no quadro, ou de promoção anterior que o tenha beneficiado.

Leia-se o correto:

— À pág. 25, 1ª coluna —

Parágrafo único - na **promoção** se observará o interstício de tempo mínimo de um ano da admissão do funcionário no quadro, ou de promoção anterior que o tenha beneficiado.

Conservando-se na íntegra os demais dizeres.

Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal no Estado do Pará

Termo Aditivo (primeiro) ao Contrato de Prestação de Serviços firmado em 1º de dezembro de 1976 entre a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Pará e a firma PRESNAG - Prestação de Serviços Gerais Ltda.

Ao primeiro dia do mês de agosto de hum mil novecentos e setenta e sete, na cidade de Belém, Estado do Pará, presentes de um lado a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Pará, doravante denominada POLÍCIA FEDERAL, neste ato representada pelo seu Superintendente Regional, Dr. Darcy Pereira Braga, residente e domiciliado nesta capital e, de outro lado a Firma PRESNAG - Prestação de Serviços Gerais Ltda., com sede nesta capital, estabelecida na rua 15 de Novembro, número 226, bairro do Comércio, edifício Chamié, sala 314, 3º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o número ... 05057757/001-35, registrada no Cadastro de Habilitação de Firms da Delegacia do Ministério da Fazenda no Pará, sob o número 061, neste ato designada CONTRATADA e representada pelo senhor Afonso Almeida Corrêa, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 012626452/04, no uso das atribuições de Diretor Comercial, ajustam o termo aditivo que dá nova redação à cláusula 10ª (décima) do Contrato original e estabelece subcláusula única a esta, e alteração das cláusulas 8ª (oitava) e 9ª (nona), que aceitam, ratificam e reciprocamente outorgam por si e seus sucessores:

CLÁUSULA DÉCIMA (nova redação)

O presente contrato vigorará a partir de dezembro de 1976 até 30 de novembro de 1977, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Polícia Federal; nesse período o valor Contratual poderá ser atualizado na forma prevista no Artigo 2º e parágrafo único da Lei nº 6.205 de 29.04.75, por ocasião da decretação pelo Governo Federal do Coeficiente de atualização monetária;

SUBCLÁUSULA ÚNICA (Da décima) - Do Coeficiente de Atualização Monetária e do Prazo.

O Governo Federal através do Decreto-Lei nº ... 79.611/77 de 28.04.77, fixou em 1,375% (hum vírgula trezentos e setenta e cinco por cento) o coeficiente de

atualização monetária, aplicável sobre os valores padrões vigentes em 1º de maio de 1976; só caberá uma única atualização monetária ao saldo do valor do contrato, existente na ocasião da decretação, que será válido por um ano, mesmo que o contrato seja prorrogado;

CLÁUSULA PRIMEIRA (oitava) - Do preço atualizado e do pagamento.

O valor mensal do Contrato é atualizado a partir de maio, com fulcro no Dec.-Lei 79.611/77 de 28.04.77, que fixou o coeficiente de atualização monetária em 1,375% (hum vírgula trezentos e setenta e cinco por cento) correspondendo a Cr\$ 30.739,39 (Trinta mil, setecentos e trinta e nove cruzeiros e trinta e nove centavos), que a Polícia Federal pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços, incluídos fornecimento de material, equipamentos, despesas com pessoal, impostos, taxas, seguros, incidências fiscais e encargos administrativos, mediante a apresentação da fatura e nota de transação, até o décimo dia do mês subsequente, observado o prazo usual de processamento e atestação da prestação dos serviços pela Seção de Material:

CLÁUSULA SEGUNDA (nona) Da Dotação Orçamentária.

A despesa deste contrato é classificada em 3.0.0.0 - Despesas Correntes, 3.1.0.0 - Despesas de Custeio, 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros, 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros, no correspondente ao valor a ser pago no presente exercício de Cr\$-30.739,39 (Trinta mil, setecentos e trinta e nove cruzeiros e trinta e nove centavos) correrá por conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União - Lei 6.395 de 09.12.76; as despesas relativas ao exercício vindouro correrão sob a mesma classificação com os recursos da dotação correspondente. Nenhum ônus financeiro caberá à POLÍCIA FEDERAL enquanto não se verificar o uso efetivo, parcial ou total da mão-de-obra a ser fornecida pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, para dirimir todas as questões oriundas do presente Termo Aditivo, e para firmeza, e como prova de assim haverem entre si ajustados e contratado, é lavrado o presente termo que vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo firmadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias e sua publicação e execução.

Belém (Pa), 01 de agosto de 1978.

DARCY PEREIRA BRAGA
Pela Polícia Federal

AFONSO ALMEIDA CORRÊA
Pela Contratada

Ilma da Cunha Cardoso
Testemunha

ANTÔNIO SELJI KOSOUIME
Testemunha

(T. nº 01802. Reg. nº 026. Dia: 4.01.78)

Extrato do Termo Aditivo (segundo) ao Contrato de Prestação de Serviços firmado em 01 de dezembro de 1976, entre a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Pará e a firma PRESNAG - Prestação de Serviços Gerais Ltda.

OBJETO: Prorrogar pelo período de mais um (1) ano entre 01 de dezembro de 1977 a 30 de novembro de 1978, o Contrato de Prestação de Serviços de Vigilância noturna, serviços de limpeza e conservação e serviços de contínuos para atendimento e distribuição de cafezinho nos 3 (três) prédios onde funciona o Departamento de Polícia Federal no Pará.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preço nº 001/76-CRA/SR/DPF/PA- Art. 127 - II - Dec. Lei 200/67.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa deste Contrato é classificada em 3.0.0.0. - Despesas Correntes; 3.1.0.0. - Despesas de Custeio; 3.1.3.0. - Serviços de Terceiros; e 3.1.3.2. - Outros Serviços de Terceiros; no correspondente ao valor a ser pago no presente exercício de Cr\$-30.739,39 (Trinta mil, setecentos e trinta e nove cruzeiros e trinta e nove centavos) correrá por conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União-Lei nº 6.395 de 09.12.76; as despesas relativas ao exercício vindouro correrão sob a mesma classificação com os recursos da dotação correspondente.

EMPENHO: Nº 265 de 05.12.77 - Programa 06301742.162 - Operações de Policiamento Federal.

VALOR DO CONTRATO: Cr\$-368.872,68 (Trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e dois cruzeiros e sessenta e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato vigorará de 01.12.77 a 01.12.78 podendo a critério da Polícia Federal ser prorrogado por igual período.

Darcy Pereira Braga.

Pela Polícia Federal
Afonso Almeida Corrêa
Pela Contratada

Maria de Lourdes Alves de Amorim
Testemunha

Sebastião Pessoa do Nascimento
Testemunha

(T. nº 01802 Reg. nº 027 - Dia: 04.01.78)

Banco Nacional da Habitação - BNH

Contrato de Empréstimo que entre si celebram o Banco Nacional da Habitação, a Companhia de Habitação do Estado do Pará e, como fiador e coobrigado, o Estado do Pará, objetivando a aquisição de terreno no município de Belém, para a implantação de um projeto de lotes urbanizados.

O Banco Nacional da Habitação, empresa pública federal, instituída nos termos da Lei nº 5.762, de 14 de dezembro de 1971, modificada pela Lei Nº 6.245, de 2 de outubro de 1975, inscrito no CGC-MF sob o nº 33.633.686/001, com sede em Brasília,

Distrito Federal, e em funcionamento na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 230, doravante denominado simplesmente BNH, a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA), sociedade de economia mista criada nos termos da Lei Estadual nº 3.282, de 13 de abril de 1965, inscrita no CGC-MF sob o nº 04.887.055/0001, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, na Avenida Generalíssimo Deodoro nº 1180, doravante denominada simplesmente MUTUÁRIA, e o ESTADO DO PARÁ, como FIADOR e coobrigado, doravante denominado simplesmente ESTADO, todos legalmente representados pelos abaixo-assinados, celebram, de acordo com o disposto na RD-01/76, do BNH, e com a decisão do COCRE, do BNH, tomada em 07/11/77, conforme o espelho AET-25/77 (processo BNH nº 01/5.769), o presente contrato de empréstimo por instrumento particular, com força de escritura pública, na forma do Art. 1º da Lei nº 5.049, de 29 de junho de 1966, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA — CONVÊNIO — Integram este contrato, para todos os fins de direito, o Convênio institutivo do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP) e do Fundo de Habitação Popular do Estado do Pará (FUNDHAP-PA), celebrado entre o BNH e o ESTADO, em 2 de setembro de 1975, e os respectivos aditamentos e alterações.

SEGUNDA — VALOR E OBJETIVO DO EMPRÉSTIMO — O BNH, por este instrumento, concede à MUTUÁRIA um empréstimo no montante de Cr\$ 6.101.476, 15 (seis milhões, cento e um mil, quatrocentos e setenta e seis cruzeiros e quinze centavos), correspondente a 26.861 UPC (vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e uma Unidades Padrão de Capital) do BNH, no valor unitário de Cr\$ 227,15 (duzentos e vinte e sete cruzeiros e quinze centavos), para o trimestre iniciado em 1º de outubro de 1977, tendo por objetivo a aquisição, legalização, guarda e preservação de um terreno medindo cerca de 753.675,00m², situado no Distrito de Val-de-Cans, Município de Belém, Estado do Pará, destinado à implantação de lotes urbanizados, de acordo com o projeto a ser aprovado pelo BNH e que, juntamente com os cronogramas físico e financeiro das respectivas obras, será parte integrante deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO — A MUTUÁRIA compromete-se a apresentar ao BNH, no prazo máximo de 24 meses, contado da data prevista no cronograma referido na cláusula terceira para o primeiro ou único desembolso deste empréstimo, o projeto completo das obras, para aproveitamento do terreno mencionado nesta cláusula, elaborado segundo as normas específicas do BNH.

TERCEIRA — DESEMBOLSO — O desembolso deste empréstimo, expresso em UPC, será efetuado pelo BNH, segundo o cronograma financeiro que, ora rubricado pelas partes, integra o presente instrumento (ANEXO I).

QUARTA — LIQUIDAÇÃO — O débito contraído nos termos deste instrumento, nele incluídos juros, correção monetária e demais encargos contratuais, será integralmente liquidado na ocasião do primeiro desembolso do empréstimo destinado à execução do empreendimento habitacional na totalidade da área referida na cláusula segunda.

QUINTA — LIQUIDAÇÃO ESPECIAL — Se a MUTUÁRIA deixar de apresentar, conforme previsto no parágrafo único da cláusula segunda, o projeto ali referido, ou se o mesmo não for aprovado pelo BNH, a dívida proveniente deste contrato será considerada vencida de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficando o ESTADO obrigado a liquidá-la no final do prazo de carência estabelecido na cláusula sétima, acrescida de juros, à taxa nominal de 6% ao ano e efetiva de 6,168% ao ano, correção monetária e demais encargos contratuais, de acordo com os subitens 4.1 e 6.4.2 da RD-01/76, do BNH.

SEXTA — AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA — Na hipótese de utilização parcial da área, o valor do terreno incluído no empréstimo destinado à execução do respectivo empreendimento habitacional será aplicado na amortização extraordinária do presente empréstimo.

SÉTIMA — CARÊNCIA — O prazo de carência do empréstimo ora contratado é de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir do dia 8 do mês previsto no cronograma referido na cláusula terceira para o primeiro ou único desembolso, e a terminar em 8 de dezembro de 1980, podendo ser prorrogado mediante concordância do BNH, manifestada por escrito à MUTUÁRIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Os juros incidentes sobre o presente empréstimo, à taxa nominal de 6% ao ano e efetiva de 6,168% ao ano, serão capitalizados mensalmente para incorporação ao saldo devedor final e reduzir-se-ão retroativamente, a partir da data do primeiro ou único desembolso previsto no cronograma referido na cláusula terceira, à taxa do empréstimo destinado à execução do empreendimento habitacional.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O disposto no parágrafo primeiro será aplicado inclusive a cada parcela do presente empréstimo objeto de amortização extraordinária, nos termos da cláusula sexta.

OITAVA — OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ESTADO — O ESTADO compromete-se, solidariamente com a MUTUÁRIA, a zelar para que o imóvel adquirido com os recursos deste empréstimo seja destinado à implantação de um projeto de lotes urbanizados, resguardando sua posse e obrigando-se, ainda, a manter atualizados os pagamentos relativos a tributos incidentes sobre o imóvel, enquanto não edificado, entregando ao BNH, anualmente, as respectivas comprovações de quitação.

NONA — GARANTIAS — A MUTUÁRIA, em garantia das obrigações assumidas no presente contrato, dá ao BNH:

a) primeira e especial hipoteca transferível a terceiros, a ser constituída sobre o imóvel referido na cláusula segunda, com as benfeitorias existentes e as que nele forem acrescidas, hipoteca essa que será formalizada na escritura de compra e venda do imóvel;

b) fiança prestada pelo ESTADO, nos termos da Lei nº 4.508, de 15 de abril de 1974, alterada pela Lei nº 4.672, de 23 de novembro de 1976, e na conformidade do disposto na cláusula décima do presente contrato.

DÉCIMA — FIANÇA DO ESTADO — O ESTADO comparece a este ato, como FIADOR, nos termos da Lei nº 4.508, de 15 de abril de 1974,

alterada pela Lei nº 4.672, de 23 de novembro de 1976, para garantir expressa e solidariamente com a MUTUÁRIA, independentemente de benefício de ordem, o pagamento do principal, juros, correção monetária, taxas, comissões, multas e demais encargos financeiros decorrentes do empréstimo de que trata o presente contrato.

DÉCIMA PRIMEIRA — CONDIÇÕES GERAIS — Constituem parte integrante deste instrumento o Cronograma Financeiro e as Condições Gerais, constantes dos Anexos I e II, ora rubricados pelas partes.

DÉCIMA SEGUNDA — SUCESSÃO E FORO DO CONTRATO — As partes obrigam-se, por si e seus sucessores, ao fiel e exato cumprimento do presente contrato, elegendo como foro, com privilégio sobre qualquer outro, o da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

E, por estarem assim acordes, firmam, com as testemunhas abaixo, o presente instrumento, em quatro (4) vias, de igual teor e para um só efeito.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1977.

BNH:

HÉLIO EDWALL DE SALLES LOPES

RICARDO D. PONTUAL

MUTUÁRIA

CICERINO CABRAL DO NASCIMENTO

Diretor-Presidente

FRANKLIN COSTA

Diretor-Financeiro

ESTADO:

ALOYSIO DA COSTA CHAVES

Governador do Estado

TESTEMUNHAS:

JOÃO ALBERTO NASCIMENTO

ACY PEREIRA MARTINS

“Isento da formalidade de reconhecimento de firmas por notário público nos termos do Decreto nº 64.024-A de 27.01.69, publicado do D. O. da União de 3.02.69, página 1.122, e dos parágrafos 1º e 2º, do art. 1º, do Decreto nº 63.166, de 26.08.68, combinado com a Lei nº 4.339 de 21.08.64 e Decreto-Lei nº 70, de 21.11.66”.

Anexo I do Contrato de Empréstimo celebrado entre o BNH, a Companhia de Habitação do Estado do Pará e o Estado do Pará, em 23 de novembro de 1977, para a aquisição de terreno no município de Belém.

Cronograma financeiro do empréstimo referente à aquisição de terreno para a implantação de um projeto de lotes urbanizados.

MÊS	VALOR DA PARCELA EM UPC
Dezembro/77	26.861
TOTAL	26.861

Anexo II no Contrato de Empréstimo celebrado em 23.11.77, entre o BNH, a Companhia de Habitação do Estado do Pará e o Estado do Pará, objetivando a aquisição de terreno no Município de Belém,

Condições gerais dos Contratos de Empréstimo celebrados entre o BNH, as Companhias de Habitação Popular (COHABs), ou órgãos assemelhados, e os Estados ou Municípios, objetivando a aquisição de terrenos, para a execução de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social.

PRIMEIRA — ESTIPULAÇÕES SOBRE O DESEMBOLSO - Para o desembolso do empréstimo, observar-se-á o seguinte:

I - O cronograma financeiro do contrato de empréstimo poderá ser alterado, mediante concordância do BNH, manifestada por escrito à MUTUÁRIA;

II - Independentemente do cronograma aprovado, a liberação dos recursos vinculados ao contrato de empréstimo processar-se-á após a sua completa formalização, de acordo com as estipulações abaixo convencionadas:

1 — Quando a aquisição do terreno prevista no contrato efetivar-se mediante compra e venda, os recursos à mesma destinados serão liberados:

a) após a referida formalização do contrato de empréstimo, se no mesmo for constituída a hipoteca do imóvel, em favor do BNH;

b) no ato da assinatura da escritura de compra e venda do terreno, na qual o BNH intervirá, como credor hipotecário, na hipótese de constituição da hipoteca posteriormente à celebração do contrato de empréstimo.

2 - Quando o contrato destinar-se à aquisição de terreno mediante desapropriação amigável ou judicial, observar-se-á:

a) Os desembolsos das parcelas previstas no cronograma financeiro e suas alterações correspondem ao valor de aquisição e, quando for o caso, de legalização, guarda e preservação dos terrenos integrantes da área objeto do Decreto de desapropriação mencionado no contrato, podendo referir-se a uma ou a várias propriedades;

b) Na hipótese de desapropriação amigável, o desembolso dos recursos destinados à aquisição ocorrerá no ato da competente escritura, à qual comparecerá o BNH como interveniente credor hipotecário;

c) Na hipótese de desapropriação judicial, observados o limite do empréstimo e o valor de avaliação do terreno aceito pelo BNH, o desembolso será efetuado mediante comprovação do ato que fixar o valor do depósito que tiver de ser feito para imissão do expropriante na posse do imóvel, devendo a MUTUÁRIA, após a efetivação do depósito, apresentar ao BNH o respectivo comprovante;

d) Quando se tratar de aquisição amigável, a MUTUÁRIA deverá apresentar ao BNH, no prazo de até 30 (trinta) dias, antes da data prevista no cronograma para o desembolso de cada parcela, a documentação imobiliária e pessoal comprobatória, respectivamente, do domínio do imóvel e da capacidade jurídica do vendedor e demais requisitos necessários à alienação.

SEGUNDA — ESTIPULAÇÕES SOBRE AS GARANTIAS — Para as garantias do empréstimo, observar-se-á o seguinte:

I — Respeitado o prazo legal máximo, a hipoteca e a fiança estabelecidas no contrato de empréstimo prevalecerão pelo tempo necessário ao completo e fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas;

II — Para os efeitos do art. 818 do Código Civil, dá-se ao imóvel oferecido em garantia o mesmo valor atribuído ao empréstimo contratado;

III — A MUTUÁRIA obriga-se a providenciar, junto ao competente cartório de registro de imóveis, o registro da hipoteca convencionada na forma deste contrato, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do respectivo instrumento de constituição de hipoteca, nos termos do parágrafo 7º do Art. 1º da Lei nº 5.049, de 29.06.66, comprometendo-se a apresentar ao BNH a correspondente certidão comprobatória.

TERCEIRA — MORA — Ocorrendo impropriedade no pagamento das obrigações estipuladas no contrato de empréstimo, os juros pactuados serão automaticamente elevados 1% (um por cento) ao ano, calculados, pelos dias de atraso, sobre o saldo devedor.

QUARTA — RESCISÃO — O contrato de empréstimo poderá ser rescindido, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extra-judicial, vencendo-se, em consequência, antecipadamente o saldo devedor, acrescido de juros e devidamente atualizado na data da liquidação da dívida, nos seguintes casos:

I — Inadimplemento das obrigações contratuais assumidas;

II — Cancelamento do registro da MUTUÁRIA como agente integrante do Sistema Financeiro da Habitação, nos termos da RC-02/71, do BNH.

PARÁGRAFO ÚNICO — A concessão pelo BNH de qualquer prazo para cumprimento de obrigações, ou para adoção de medidas indispensáveis ao atendimento de exigências, não importará em novação ou em alteração tácita das condições do contrato.

QUINTA — PENA CONVENCIONAL — Se, em virtude de inadimplemento contratual, qualquer das partes tiver de recorrer a meios judiciais para haver seu pagamento, ficará o inadimplente sujeito à pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida.

SEXTA — CORREÇÃO MONETÁRIA — O saldo devedor do empréstimo será corrigido moneta-

riamente no primeiro dia de cada trimestre civil, na mesma proporção da variação verificada no valor da Unidade Padrão de Capital (UPC), do BNH, de acordo com o Plano de Correção Monetária a que se referem as RC-01/77, RD-10/77 e RD-15/77, do BNH.

SÉTIMA — TAXA DE ADMINISTRAÇÃO — Será devida ao BNH, na forma prevista na RC-107/66, a Taxa de Administração correspondente a 1% (um por cento), sobre o valor do empréstimo por ele desembolsado, abatendo-se aquela importância por ocasião da efetiva liberação dos recursos.

OITAVA — TAXA DE COMPROMISSO — Sobre as parcelas dos recursos postos à disposição da MUTUÁRIA, e não utilizadas por prazos previstos no cronograma financeiro do contrato de empréstimo e suas alterações, será devida ao BNH, uma taxa de compromisso, cobrável nos termos da RC-107/66.

NONA — REMESSA AO TRIBUNAL DE CONTAS — A MUTUÁRIA obriga-se a enviar cópia do contrato de empréstimo ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento.

DÉCIMA — OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA MUTUÁRIA — Nos termos da RC-11/76, do BNH, obriga-se a MUTUÁRIA a contabilizar os recursos recebidos em conta bancária individualizada, com adendo alusivo ao contrato de empréstimo, tendo, como contrapartida, conta adequada do passivo financeiro, com subcontas identificadoras.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os documentos comprobatórios das despesas na execução no contrato de empréstimo, depois de identificados com o número do mesmo, serão arquivados obrigatoriamente no respectivo órgão de contabilidade analítica da MUTUÁRIA, ali devendo permanecer à disposição dos órgãos do BNH, responsáveis pelo acompanhamento administrativo e fiscalização financeira.

DÉCIMA PRIMEIRA — NORMAS COMPLEMENTARES — Aplicam-se, no que couber, ao contrato de empréstimo, as normas gerais do BNH, para as suas operações de crédito, inclusive as estabelecidas na RD-42/73, RD-01/76 e RD-20/77, as quais as partes declaram conhecer e obrigam-se a cumprir.

DÉCIMA SEGUNDA — CONTRATO DE EMPRÉSTIMO — As presentes **CONDIÇÕES GERAIS**, devidamente rubricadas pelos contratantes, constituem parte integrante, para todos os fins de direito, do contrato de empréstimo mencionado no título deste instrumento.

(Ext. Reg. nº 010 - Dia 04.01.78)

Parquet Paulista da Amazônia S.A.

C.G.C. nº 04.968.053/0001-51

Insc. Estadual nº 15.053.020.0

JUNTA COMERCIAL Nº 39/70

CAPITAL AUTORIZADO Cr\$ 33.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO Cr\$ 14.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO Cr\$ 14.000.000,00

Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de dezembro de 1977, para deliberar sobre a emissão de ações preferenciais dentro dos limites do Capital Autorizado da Sociedade.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 1977, às 09:00 horas, reuniram-se na sede social, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, os integrantes do Conselho de Administração da PARQUET PAULISTA DA AMAZÔNIA S.A. a saber: Alfredo Bastos da Silva - Presidente; Carlos Alberto Reis e Salvatore Alberto Cacciola. Após declarar iniciados os trabalhos, o presidente esclareceu que a reunião tinha por

finalidade deliberar sobre a emissão e colocação de ações preferenciais nominativas classe "A", dentro dos limites do capital autorizado. Outrossim, informou o presidente aos demais membros: 1. Que no uso da atribuição prevista no Art. 8º dos Estatutos Sociais, o Conselho pretende emitir, dentro dos limites do capital autorizado 3.000.000 (três milhões) ações preferenciais nominativas classe "A", do valor nominal de Cr\$-1,00 (hum cruzeiro) cada uma, representando mencionada emissão o volume monetário de Cr\$-3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros). 2. A emissão se destina à subscrição pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, operado pelo Banco da Amazônia S.A. -

BASA, devendo a integralização ser efetivada com recursos do citado Fundo, previstos nas disposições do Decreto-Lei nº 1376, de 12.12.74. 3. Que a subscrição ora pretendida, por parte do FINAM, foi autorizada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme condições estabelecidas no ofício GS-002656 de 05 de Dezembro de 1977, do mencionado órgão, cuja cópia será anexada à ata da reunião. 4. Finalmente, que a posição do capital social da Sociedade, sob os ângulos de "autorizado", "subscrito" e "integralizado", dividido por natureza e classes de ações, antes do aporte dos recursos do FINAM, é a seguinte:

	CAPITAL AUTORIZADO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO	AÇÕES EMITIDAS
ORDINÁRIAS	8.270.537,00	5.000.000	5.000.000	5.000.000
PREFERENCIAIS A	22.229.463,00	9.000.000	9.000.000	9.000.000
PREFERENCIAIS B	2.500.000,00	—	—	—
T O T A L	33.000.000,00	14.000.000	14.000.000	14.000.000

Declarou o presidente que, no tocante à emissão pretendida, o Conselho Fiscal, ouvido antecipadamente proferiu parecer favorável, nos seguintes termos: "Parecer do Conselho Fiscal da Parquet Paulista da Amazônia S.A., membros efetivos do Conselho Fiscal da Parquet Paulista da Amazônia S.A., reunidos a convite do Conselho de Administração, apreciando a exposição do mencionado órgão, no que concerne à sua pretensão de emitir, dentro dos limites do capital autorizado da Sociedade, 3.000.000 (três milhões) ações preferenciais nominativas classe "A", do valor nominal de Cr\$-1,00 (hum cruzeiro) cada uma, que se destinam à subscrição pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, administrado pelo Banco da Amazônia S.A. - BASA, nos termos do Decreto-Lei nº 1.376/74, cuja integralização deverá ser efetivada com recursos do mencionado Fundo, são de parecer favorável à concretização da medida sugerida, quer por atender aos objetivos sociais, quer por observar as formalidades legais e estatutárias. Em assim sendo, pode o Conselho de Administração efetivar a emissão de 3.000.000 (três milhões) ações preferenciais nominativas classe "A", e aceitar a sua subscrição sob as condições previstas no ofício GS-002656, datado de 05 de Dezembro de 1977, oriundo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Belém, 16 de dezembro de 1977. Ass. - Luiz Eugênio Salazar, Lauro Coutinho Salazar, Henrique Delfin Lisboa de Araújo Costa". Face ao exposto, o presidente solicitou, tendo em vista a manifestação favorável do Conselho Fiscal e em obediência aos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, o pronunciamento dos membros do Conselho de Administração sobre a emissão e subscrição das mencionadas ações preferenciais Classe "A". Em seguida, os membros do Conselho de Administração da PARQUET PAULISTA DA AMAZÔNIA S.A., apreciando o quanto foi dito pelo presidente, foram favoráveis à concretização da medida, quer por atender aos objetivos sociais, quer por observar as formalidades legais e estatutárias. Em seguida, o Presidente informou que tomaria as providências necessárias à efetivação da subscrição e

integralização das ações emitidas nesta reunião por parte do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM. Para tanto, propôs a suspensão da reunião pelo tempo necessário à obtenção das assinaturas do Boletim de Subscrição, junto ao Banco da Amazônia S.A. - BASA, entidade operadora do Fundo, com sede nesta cidade, o que mereceu a aprovação de todos. Reaberta a sessão, o Presidente informou que o Banco da Amazônia S.A. - BASA, na qualidade de entidade operadora do FINAM, assinou o Boletim de subscrição referente à emissão aprovada nesta reunião e integralizou o seu valor, através de efetivação de depósito, no valor total em conta vinculada na Agência Metropolitana conforme solicitação desta empresa. Em assim sendo, disse o presidente que considera cumpridas as providências da subscrição e integralização pedindo a aprovação dos atos, o que foi unanimemente aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro de Atas do Conselho de Administração. Reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração. - Deste documento serão tiradas cópias datilografadas e autenticadas por todos os membros presentes à reunião, para efeito de arquivamento. Alfredo Bastos da Silva - Presidente, Carlos Alberto Reis e Salvatore Alberto Cacciola - Conselheiros.

Confere com o original, lavrado no livro de Atas do Conselho de Administração, registrado na Junta Comercial do Estado do Pará.

ALFREDO BASTOS DA SILVA
Presidente

CARLOS ALBERTO REIS
Conselheiro

SALVATORE ALBERTO CACCIOLA
Conselheiro

Junta Comercial do Estado do Pará

— J U C E P A —

Certifico que, por decisão da Primeira Turma, reunida em 26.12.77, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 2625-77 a 1ª via da presente ata de Parquet Paulista da Amazônia S.A.

Belém, 26 de dezembro de 1977.

Alfredo Ferreira Coelho

Secretário Geral

Adalberto Acatauassú Nunes

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará

Parquet Paulista da Amazônia S.A.

C.G.C. nº 04.986.053/0001-51

Capital Autorizado	Cr\$ - 33.000.000,00
Capital Subscrito	Cr\$ - 14.000.000,00
Capital Subscrito nesta data	Cr\$ - 3.000.000,00
Capital a Subscriver	Cr\$ - 16.000.000,00

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO de 3.000.000 (Três milhões) ações preferenciais nominativas classe "A", do valor nominal de Cr\$-1,00 (Hum cruzeiro) cada uma, no valor total de Cr\$-... 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros) subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, operado pelo Banco da Amazônia S.A. - BASA, na forma do Decreto-Lei nº 1376, de 12.12.74, cuja emissão, dentro do limite do capital autorizado, foi deliberada em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de dezembro de 1977, de acordo com prévio parecer favorável do Conselho Fiscal.

S U B S C R I T O R	ENDEREÇO	EXERCÍCIO	Nº DE AÇÕES	TOTAL SUBSCRITO Cr\$
FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA - FINAM. (C.G.C. nº 04.902.979).	Av. Presidente Vargas, 800 - Belém - PA.	1977	3.000.000	3.000.000,00

Belém, (PA), 16 de dezembro de 1977.

SUBSCRITOR

FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA -
FINAM, operado pelo Banco da Amazônia S.A. - BASA

YOMAR DESTERRO E SILVA
Diretor Administrativo

CÉLIO BRAGA WANDERLEY
1121 - Ch. de Divisão

PAULO OLIVEIRA
T.C. 10325 "S" CRC - PA
CPF nº 002.858.389-20

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALFREDO BASTOS DA SILVA

Presidente

CPF nº 004.764.047-20

SALVATORE ALBERTO CACCIOLA

Conselheiro

CPF nº 131.239.107

CARLOS ALBERTO REIS

Conselheiro

CPF nº 031.454.177

CARTÓRIO CONDURÚ

4º Ofício

Confere com o original que me foi exibido nesta
data.

Belém (Pa), 27 de dezembro de 1977

Em testemunho A.C.P.C. da verdade.

Antonio Carlos Pinheiro da Cunha

Esc. Autorizado

CARTÓRIO CHERMONT

1º Ofício

Reconheço as assinaturas supra assinaladas (5).

Belém, 26 de dezembro de 1977

Em testemunho M.M.M. da verdade

Marília M. Matos

Escrevente Autorizada

Junta Comercial do Estado do Pará

— J U C E P A —

Certifico que, por decisão da Primeira Turma, reunida em 26.12.77, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 2625-77 a 1ª Via do Boletim de Subscrição de Parquet Paulista da Amazônia S.A..

Belém, 26 de dezembro de 1977.

Alfredo Ferreira Coelho

Secretário Geral

Adalberto Acatauassú Nunes

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará

(Ext. Reg. nº 018 - Dia: 04.01.78)

ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Curralinho

EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 17/77

A Comissão designada pela Portaria nº 102 de 14 de dezembro de 1977, do Sr. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento das firmas interessadas que serão recebidas e abertas até o dia 31 de janeiro de 1978, às 10 horas, no Escritório de Representação desta Comuna, situado à rua Padre Eutíquio nº 1012, Belém, proposta para o fornecimento de uma (1) embarcação, conforme a especificação e condições a seguir:

1 - Lancha construída em madeira de lei, equipada com motor Perkins-112 HP, modelo 6357, nº 357-B; LP 8292, com reversor hidráulico, com capacidade para 20 ou 25 toneladas;

As propostas deverão ser entregues até às 10 horas do dia 31 de janeiro de 1978, na rua Padre Eutíquio, nº 1012 em Belém, datilografadas em papel timbrado da firma, em três (3) vias, sem emendas, rasuras ou entre-linhas, contida em invólucro fechado, delas constando obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Nome e endereço do proponente;
- b) Menção à tomada de preços (número) e o dia da abertura;
- c) Preço unitário e seus respectivos totais em algarismos e por extenso;
- d) Validade da proposta;

e) Prazo de entrega (mínimo 15 dias);
f) Declaração expressa de aceitação plena e total das condições deste Edital.

2. O pagamento será feito, financiado, devendo os componentes apresentar a modalidade;

3. As propostas serão abertas 24 horas após o encerramento do recebimento das mesmas, na presença dos interessados, pela comissão designada para esse fim, com o número dos proponentes que estiverem presentes na abertura;

4. A Prefeitura se reserva o direito de cancelar ou anular a presente concorrência se assim lhe aprouver;

5. Sai como vencedora das propostas, a que mais convier e apresentar condições que interessem à Prefeitura;

6. Não serão consideradas as propostas formuladas em desacordo com as condições, exigências e especificações do presente Edital;

7. Qualquer informação de interesse dos proponentes poderá ser solicitada no escritório da representação dessa Prefeitura Municipal de Curralinho, à rua Padre Eutíquio 1012, em Belém, no horário das 9,00 às 12,00 horas e das 15,00 às 18,00 horas, dos dias úteis.

Curralinho (PA), 02 de janeiro de 1978

ZANONI GONÇALVES BORDALO

Presidente

RAIMUNDO PEIXOTO MORAES MONTEIRO

Membro

NAPOLEÃO BORGES DE SOUSA

Membro

VISTO:

FRANCISCO CHAGAS DA SILVA
Prefeito Municipal

(T. nº 01797 - Reg. nº 011 - Dia 04.01.78)

SECRETARIA

FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 01 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64 do Decreto nº 10.404 de 13.12.77, resolve,

DESIGNAR:

Maria Fernandes Esteves, Tesoureira Auxiliar CC-17, para exercer a função de Assistente, do Gabinete do Secretário, símbolo FG-4, do Quadro de Funções Gratificadas desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 10.416 de 19 de dezembro de 1977, publicado no Diário Oficial do Estado de 23 do mesmo mês e ano.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia: 04.01.78)

PORTARIA Nº 02 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404 de 13.12.77, resolve,

DESIGNAR:

Maria Odaléa de Souza, Tesoureira Auxiliar CC-17, para exercer a função de Assistente, do Gabinete do Secretário, símbolo FG-4, do Quadro de Funções Gratificadas desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 10.416 de 19 de dezembro de 1977, publicado no Diário Oficial do Estado de 23 do mesmo mês e ano.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia: 04.01.78)

PORTARIA Nº 03 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404 de 13.12.77, resolve,

DESIGNAR:

Diana Maria Coelho de Souza Figueiredo, Técnico Fazendário N-25, para exercer a função de

Assistente, do Gabinete do Secretário, símbolo FG-4, do Quadro de Funções Gratificadas desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 10.416, de 19 de dezembro de 1977, publicado no Diário Oficial do Estado de 23 do mesmo mês e ano.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia: 04.01.78)

PORTARIA Nº 04 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404 de 13.12.77, resolve,

DESIGNAR:

Rosivan José Nassar de Souza, Fiscal de Rendas N-6, para exercer a função de Chefe do Serviço de Orientação, da Coordenadoria de Fiscalização, símbolo FG-3, do Quadro de Funções Gratificadas desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 10.416 de 19 de dezembro de 1977, publicado no Diário Oficial do Estado de 23 do mesmo mês e ano.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia: 04.01.78)

PORTARIA Nº 05 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404, de 13.12.77, resolve,

DESIGNAR:

Maria do Céu Carvalho Menezes, Auxiliar de Administração R-III, para exercer a função de Chefe da Seção de Atividades Auxiliares, da Coordenadoria de Fiscalização, símbolo FG-1, do Quadro de Funções Gratificadas desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 10.416, de 19 de dezembro de 1977, publicado no Diário Oficial do Estado de 23 do mesmo mês e ano.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia: 04.01.78)

PORTARIA Nº 06 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404, de 13.12.77, resolve,

DESIGNAR:

Jesibel de Pádua Fleury, Técnico Fazendário N-25, para exercer a função de Chefe do Serviço de Estatística e Tratamento de Informações, da Coordenadoria de Informações Econômico-Fiscais, símbolo FG-3, do Quadro de Funções Gratificadas desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 10.416, de 19 de dezembro de 1977, publicado no Diário Oficial do Estado de 23 do mesmo mês e ano.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia: 04.01.78)

PORTARIA Nº 07 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404, de 13.12.77, resolve,

DESIGNAR:

Célia Maria Oliveira, Escriturário R-III, para exercer a função de Chefe da Seção de Atividades Auxiliares, da Coordenadoria de Informações Econômico-Fiscais, símbolo FG-1, do Quadro de Funções Gratificadas desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 10.416, de 19 de dezembro de 1977, publicado no Diário Oficial do Estado de 23 do mesmo mês e ano.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia: 04.01.78)

PORTARIA Nº 08 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404 de 13.12.77, resolve,

DESIGNAR:

Paulo Fiok dos Santos Filho, para exercer a função de Chefe do Serviço de Embarcações, do Departamento de Administração Geral, símbolo FG-2, do Quadro de Funções Gratificadas desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 10.416, de 19 de dezembro de 1977, publicado no Diário Oficial do Estado de 23 do mesmo mês e ano.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia 04.01.78)

PORTARIA Nº 09 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404, de 13.12.77, resolve,

DESIGNAR:

Orígenes Pereira de Souza, Coletor N-5, para exercer a função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual em Capitão Poço - 2ª Região Fiscal, símbolo FG-4 do Quadro de Funções Gratificadas desta Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 10.416 de 19.12.77, publicado no Diário Oficial do Estado de 23 do mesmo mês e ano.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia 04.01.78)

PORTARIA Nº 10 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404 de 13.12.77,

RESOLVE:

Conceder dispensa a Diana Maria Coelho de Souza Figueiredo, da função de Assistente do Departamento de Administração Geral, símbolo FG-4, por ter sido designada para outra função.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia 04.01.78)

PORTARIA Nº 11 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404, de 13.12.77,

RESOLVE:

Conceder dispensa a Rosivan José Nassar de Souza, da função de Chefe do Serviço Regional de Fiscalização da 2ª Região Fiscal, símbolo FG-3, por ter sido designado para outra função.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia 04.01.78)

PORTARIA Nº 12 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404, de 13.12.77,

RESOLVE:

Conceder dispensa a Orígenes Pereira de Souza, da função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual em Ourém - 2ª Região Fiscal, símbolo FG-3, por ter sido designado para outra função.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia 04.01.78)

PORTARIA Nº 13 DE 2 DE JANEIRO DE 1978

O Secretário de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe confere o item 14, art. 64, do Decreto nº 10.404 de 13.12.77,

RESOLVE:

Conceder dispensa a Paulo Fiok dos Santos

Filho, da função do Serviço de Comunicação do Departamento de Administração Geral, símbolo FG-2, por ter sido designado para outra função.

Dr. CLÓVIS DE ALMEIDA MÁCOLA

Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. nº 034 - Dia 04.01.78)

PORTARIA Nº 01 DAG-SEFA. DE 02 DE JANEIRO DE 1978

O Diretor do Departamento de Administração Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 476/76 GAB-SEC e, tendo em vista o contido no processo protocolado nesta Secretaria sob o nº 6989/77 de 21.12.77,

RESOLVE:

Conceder o suprimento de fundo nos termos do art. 42 do Decreto nº 8.909, de 26.11.74 a servidora Alaide Maria dos Santos Ferreira, Chefe do Serviço Regional de Administração Geral da Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 6ª Região Fiscal, no valor de Cr\$ 83.702,00 (oitenta e três mil, setecentos e dois cruzeiros) sendo Cr\$ 21.852,00 (vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e dois cruzeiros) para atender despesas de Material de Consumo e Cr\$ 61.850,00 (sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros) para elementos de Serviços de Terceiros, nos meses de janeiro e fevereiro visto que, essas despesas não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação, devendo prestar contas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após esgotado o período de aplicação.

JOSÉ MARIA CHAVES DA COSTA

Diretor do Departamento de Administração Geral da SEFA.

(Ext. Reg. nº 034 - Dia 04.01.78)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidente: Desembargador EDGARD VIANNA

EDITAIS JUDICIAIS

Comarca da Capital

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA
VARA CÍVEL

CARTÓRIO DO SEXTO OFÍCIO

ESCRIVÃ: ANA LOBATO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS
INTERESSADOS, NA FORMA ABAIXO:

O Dr. PEDRO PAULO MARTINS, Juiz de Direito da Terceira Vara Cível da Capital, por nomeação legal, etc...

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente ficam INTIMADOS todos os Terceiros Interessados da AÇÃO DE PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS que se processa neste Juízo, expediente do Cartório Ana Lobato, movida por JOSÉ ANTONIO DE LIMA e sua mulher D. FÁTIMA LEÃO KZAN DE LIMA, contra D. ZAÍRA MOTTA BORBOREMA, cujo teor é o seguinte: - Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara a quem esta for Distribuída. JOSÉ ANTONIO DE LIMA, brasileiro, casado, comerciante, e sua mulher D. FÁTIMA LEÃO KZAN DE LIMA, brasileira,

de prendas do lar, residentes e domiciliados nesta cidade, à Rua Dr. Assis, nº 61, Apartamento nº 301, vem, por seu advogado (instrumento de mandato anexo), propor perante V. Exa., a presente medida cautelar de **PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS**, para conhecimento de terceiros, com fundamento no art. 867 e seguintes do Código de Processo Civil, contra D. **ZAÍRA MOTTA BORBOREMA**, brasileira, desquitada, prendas do lar, residente e domiciliada nesta Cidade, à Avenida Alcindo Cacela, nº 2162, pelos seguintes fatos e fundamentos de direito: - **SÚMULA DOS FATOS**: - No mês de junho de 1972, o estabelecimento comercial do Suplicante, situado nesta Cidade, à Rua Gaspar Viana, nº 165, foi tragicamente destruído por um incêndio de grandes proporções, ocorrendo a perda total do acervo patrimonial da empresa, constituído de estoque de mercadorias, imóveis, utensílios e instalações, cujos bens estavam cobertos pelas apólices nºs 250.251, 71.470 e 211/1.993, das Seguradoras The Home Insurance Co., Comp. Real Brasileira, Mauá - Comp. de Seguros e Resseguros pelo IRB - Instituto de Resseguros do Brasil. Em decorrência, o postulante pleiteou junto as referidas seguradoras a indenização que lhe era de direito. Todavia, as mencionadas companhias, em conluio com o IRB, procrastinaram o pagamento da indenização pelos danos materiais sofridos, o que ensejou a propositura de uma ação indenizatória contra as mesmas, já julgada procedente na jurisdição de 1º grau, tendo as empresas réis, apelado para o Egrégio T.J.E.; A ocorrência do sinistro ceifando o meio econômico de sobrevivência do postulante, resultou-lhe sério desequilíbrio financeiro, motivo pelo qual, contraiu com o falecido Raul Américo Borborema Reis Ferreira, um empréstimo no valor de Cr\$ 800.000,00, a juros de 7% ao mês, entregando-lhe como garantia da dívida 4 cheques, emitidos contra os Bancos Com. e Ind. de Minas Gerais S/A., e Mercantil de Minas Gerais S/A., no valor correspondente, sendo deste, deduzidos os juros. Posteriormente, a entrega dos referidos cheques, Raul Américo, alegando desejar garantia mais segura, conseguiu do Suplicante a outorga a ele, de procuração, por instrumento público, constando dos poderes, o de irrevogabilidade de mandato. Do empréstimo contraído o suplicante amortizou antecipadamente a importância de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Cruzeiros), ficando a saldar a quantia de Cr\$ 300.000,00. No entanto, antes do vencimento da dívida, veio o postulante a saber que Raul Américo, utilizava o instrumento de mandato para transferir, por fictícios contratos de compra e venda, e, para o nome de sua mãe, a requerida, D. Zaira Motta Borborema, todos os imóveis e as propriedades do casal outorgante. Face ao acontecido o postulante ajuizou contra os mesmos duas ações, uma de Anulação de Ato Jurídico e outra de Prestação de Contas, cumulada com indenização de Ato Ilícito, com pedido alternativo de Reintegração de Posse, que por decisão do Juízo da 4ª Vara, foram juntadas face a conexão. Na primeira, objetiva a revoga-

ção do mandato e na segunda, a reivindicação dos imóveis. Junta-se à presente a Certidão do Cartório Ana Lobato, provando trâmite das referidas ações. No mês de junho p. passado, Raul Américo, veio a falecer, e, em consequência, a tramitação das mencionadas ações foi suspensa, até que a sentença de habilitação dos herdeiros do "de cujus", fizesse coisa julgada, o que aconteceu em data de 04.11.1977. Entretanto, nesse interstício da suspensão do processo, a requerida começou a promover a venda para terceiros dos bens do requerente, o que ensejou, um pedido de sequestro deferido pelo Juiz do Feito; O DIREITO - A consequência legal da habilitação é a substituição "pleno jure", do "de cujus" pelos herdeiros, convertendo-se estes nos sujeitos de todas as relações jurídicas que aquele pertenciam. Os herdeiros substituem, destarte, o falecido, assumindo-lhe os direitos e obrigações. Na questão "sub-judice" bem declara a sentença de habilitação quando conclui: - Assim, sendo convincentes os documentos que comprovam o pedido de fls... Julgo-o procedente, para declarar os habilitados... e Zaira Motta Borborema, sucessores do falecido Raul Américo..., e nessa qualidade EM POSIÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS RISCOS DA DEMANDA... Nas ações antes referidas, pleiteiam os requerentes além da reivindicação dos imóveis a reparação dos danos sofridos incluindo-se nesse pedido os "lucros cessantes" que razoavelmente haveriam de obter não fossem os atos ilícitos praticados, além dos encargos gerados pelo princípio da sucumbência. É decorrência legal que os danos sofridos pelos requerentes so poderão ser reparados se a requerida dispôr de bens que suportem os encargos da condenação, pois que, os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos a reparação do dano causado", (Art. 1.518 do Código Civil). Temendo a condenação nas ações supra mencionadas a requerida, D. Zaira, apressa-se em alienar tantos os bens que lhes coube da herança como os dos requeridos. Assim é que, já alienou em curto tempo um imóvel na Travessa Benjamin Constant e um Posto de revenda de derivados de petróleo, sediado na Cidade de Ipixuna, bens estes oriundos da herança; alienou dois terrenos dos requerentes e entabou negociações com o imóvel de maior valor pertencente aos postulantes, só não concretizando a venda face ao sequestro. "Ex-positis", para garantir a reparação dos danos já sofridos pelos requerentes, e os encargos gerados pelo princípio da sucumbência, e, evitar que terceiros aleguem boa fé, pretendem os requerentes fazer o presente protesto para prevenir responsabilidades, prover a conservação e ressalva de seus direitos e especificamente, querem, protestar contra a alienação de bens de D. Zaira Mota Borborema, a fim de que estes garantam o ressarcimento dos danos resultantes dos atos ilícitos procedido pelo "de cujus". Outrossim, para atingir seus fins, é essencial, que o presente protesto seja do conhecimento do público, razão pela qual requerem que as intimações se procedam por editais, consoante o que

preceitua o art. 870 do C.P.C.. O PEDIDO: - Ante o exposto e com fundamento nos preceitos antes invocados REQUER: - a) a intimação da requerida na forma do art. 872 do C.P.C.; b) seja determinado a publicação de editais, para que o protesto atinja seus fins; c) feita a intimação e decorrido o prazo legal sejam os autos entregues aos requerentes independentemente de traslado. Dá-se à presente o valor de Cr\$ 1.000,00, para efeitos fiscais. São os termos em que Pede e Espera Deferimento. Belém, 20 de dezembro de 1977. pp. Antonio Villar Pantoja - Advogado. DESPACHO: - RH. Cumpra-se o requerido na inicial de fls., a tudo obedecendo as formalidades e cautelas legais. Belém, 28.12.77. a) Pedro Paulo Martins. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam, de futuro, alegar ignorância, expedi o presente e outros iguais que serão publicados e afixados na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de Belém do Pará, aos vinte e nove dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Ana da Mata Lobato, Escrivã Vitalícia do Cartório do Sexto Ofício da Comarca da Capital que, o datilografei e subscrevi.

PEDRO PAULO MARTINS

Juiz de Direito da Terceira Vara
Cível da Capital

(T. Nº 01803 Reg. Nº 028 Dia 04.01.78)

ESTADO DO PARÁ

Comarca de Castanhal

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO
ESCRIVÃ: ETELVINA FREIRE DA SILVA

EDITAL DE PRAÇA

O Dr. Carlos Fernando de Sousa Gonçalves, Juiz de Direito da Comarca de Castanhal, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, por nomeação legal, etc...

Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que nos dias vinte e quatro (24), trinta e um (31) de janeiro e nove (9) de fevereiro de 1978, às nove (9) horas, à porta do Edifício do Fórum desta Comarca de Castanhal, sito à Avenida Presidente Vargas s/nº, o Oficial de Justiça que estiver servindo de porteiro dos auditórios, levará a Hasta Pública, os bens adiante descritos, avaliados em Cr\$ 61.000,00 (sessenta e um mil cruzeiros), bens esses penhorados nos autos de execução movida pelo Banco do Brasil S.A. - Agência Centro-Belém, contra Erasmo Cardoso da Silva e sua mulher, constantes do seguinte: Imóvel constituído de um terreno denominado "Fazenda Patrimônio", situado à margem esquerda da Rodovia Castanhal/Igarapé-Açu, no município de São Francisco do Pará, Estado do Pará, com uma área de Cem (100) hectares, confrontando-se pela frente com a Rodovia Castanhal/Igarapé-Açu, pelos fundos com terras de Terezinha de Tal, pelo lado direito com o Igarapé Pau Amarelo e pelo lado esquerdo com terras de Manoel Porpino. No

imóvel acima descrito existem as seguintes benfeitorias: uma casa residencial construção em alvenaria de tijolos e coberta com telhas de barro no estado; uma pocilga com piso totalmente cimentado e coberta com telhas "Brasilit"; três galinheiros cobertos com telhas de cimento, inclusive cerca de arame farpado, tudo no estado. O imóvel acima está registrado em nome dos devedores, às fls. 59 e 90 do livro 3-H, sob os nºs de ordem 3.830 e 3.993 do Cartório de Registro de Imóveis de Castanhal, estando Hipotecado ao Banco do Brasil S.A. - Agência Centro Belém, para garantia de dívida contraída pelos executados perante referido Banco. Quem Pretender arrematar mencionado imóvel deverá comparecer no dia, hora e local acima designado, ciente de que a venda se fará à vista para quem melhor lance oferecer ou com fiador idôneo por três (3) dias. O Arrematante pagará à banca, além do preço da arrematação, a comissão do porteiro, do escrivão e demais custas, inclusive Carta de Arrematação. Caso os bens, na primeira praça, não recebam lance superior ao da avaliação, serão vendidos por qualquer preço em leilão público nos dias trinta e um (31) de janeiro e nove (9) de fevereiro de 1978, na mesma hora da primeira praça. Pelo presente ficam intimados o Sr. Erasmo Cardoso da Silva e sua esposa, digo, mulher, Ielva Cavalcante Cardoso da Silva, da avaliação dos bens acima descritos, assim como da designação supra, caso não seja localizado para intimação pessoal. E, para que não se alegue ignorância, mandei expedir o presente para ser afixado nos lugares de costumes e outros de igual teor e forma para publicação na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Castanhal, aos vinte e oito dias de dezembro de 1977. Eu, Etelevina Freire da Silva, Escrivã do Cartório do 2º Ofício, datilografei e subscrevi.

CARLOS FERNANDO DE SOUSA GONÇALVES

Juiz de Direito

(Ext. Reg. nº 009 - Dia: 04.01.78)

Proclamas

Faço saber que pretendem casar as seguintes pessoas: Paulo Souza e Izabel Moraes de Miranda, ele filho de Oscarina Souza, ela filha de Manoel de Nazaré Miranda e Maria de Nazaré Moraes, solt. - Gerson Pereira e Maria de Nazaré dos Santos, ele filho de Augusta Pereira, ela filha de Maximino Navegantes dos Santos e Filomena Brito Rodrigues, solt. - Marne Brasil Vieira e Suely Maria de Azevedo Carvalho, ele filho de Ajuri de Oliveira Vieira e Berenice Brasil Vieira, ela filha de Antonio Eli Carlos de Carvalho e Alcina Teixeira de Azevedo Carvalho, solt. - Manuel Simão Pereira Campos e Silva e Maria da Conceição do Vale Quaresma, ele filho de Simão Isidro Campos e Silva, e Maria José Pereira Campos e Silva, ela filha de Satiro Araujo Quaresma e Lauriveis Maria do Vale Quaresma, solt. - Alcino Magalhães Torres e Carmen Tereza Andrade e Silva, ele filho de Manoel Fonseca Torres e Maria do Carmo Magalhães Torres, ela filha de Martinho de Souza e Silva e Odete Andrade e Silva, solt. - Ronildo da Silva Quadros e Silvia Maria Carvalho Veiga, ele filho de Antonio Quadros da Silva e Leonor Miranda da Silva Quadros, ela filha de Luiz Manoel Veiga e Hilda Carvalho Veiga, solt. - Elias Charchar Filho e Rosa Suely Holanda de Lima, ele filho de Elias

Charchar e Julia Sarquis Charchar, ela filha de João Batista de Lima e Rosilda Holanda de Lima, solt. - Paulo Luiz Contente de Barros e Aliete Pitão Villacorta, ele filho de Antonio Joaquim de Barros Junior e Clelia Contente de Barros, ela filha de Alberto do Carmo Villacorta e Aurora Pitão Villacorta, solt. - Orivaldo Raimundo Tavares Teotonio e Ana Celia Aparicio Dantas, ele filho de Francisco José Teotonio e Eduarda Tavares Teotonio, ela filha de Raul do Amaral Dantas e Guilhermina Pinto Aparicio Gonçalves, solt. - Lusio do Espirito Santo Viana Carneiro e Maria Francinete dos Reis Nascimento, ele filho de Edson Nery Carneiro e Terezinha de Jesus Viana Carneiro, ela filha de José Ferreira Nascimento e Hermina Correa dos Reis, solt. Se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Belém, 3.1.1978. E eu, Edith Puga Garcia, escrevente Juramentada, assino.

EDITH PUGA GARCIA

Escrevente Juramentada

(T. nº 01531 - Reg. nº 037 - Dia 04.01.78)

Protesto de Letras

Acham-se neste Cartório à Rua Senador Manoel Barata nº 217, nesta cidade, para serem protestados de acordo com as leis vigentes, os títulos abaixo relacionados: A. F. de Souza e Cia. - DPS-2 - Cr\$-2.474,92 - Cr\$-6.050,88 - /*/ João Batista de F. Pinheiro NP - Cr\$-288,05 - /*/ Albertina Moraes Pinheiro - NP - Cr\$-288,05 - /*/ J. Silva - DP - Cr\$-6.438,73 - /*/ Profarmar - Produtos Farmacêuticos Mergulhão Araújo Ltda. - DP - Cr\$-1.965,68 - /*/ Itabira Rep. Pará Ltda. - DP - Cr\$-1.268,00 - Bos's Ind. e Com. Ltda. - DP - Cr\$-39.718,00 - /*/ Loja Noronha Ltda. - DP - Cr\$ - 3.822,00 - /*/ Antonio Carlos Reis A. E. Souza - NP - Cr\$-15.250,00 - Saldo - /*/ Francisco Guilherme Pimenta - NP - Cr\$-33.768,00 - Saldo - /*/ Ind. Construtora de Esquadrias Ltda. - DP - Cr\$ 4.103,46 - /*/ Transmadeira Penha de José Carrilho Penha - DP - Cr\$-25.422,00 - /*/ pelo que ficam ditos devedores intimados e notificados para dentro do prazo de 72 horas virem pagar ou darem as razões do não pagamento dos referidos títulos, sob pena de serem lavrados os respectivos protestos. Belém, 31 de dezembro de 1977.

A) ILEGÍVEL

p/NAZARÉ L. P. DE MOURA PALHA
Oficial

(T. nº 01798 Reg. nº 015 - Dia: 04.01.78)

Repartição Criminal

1ª PRETORIA CRIMINAL

— EDITAL —

A Doutora Maria das Graças Campos Sêrio, 1ª Juíza Suplente, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo doutor Moacyr Bernardino Dias, resp. p/, 1º Promotor Público da Capital, foi denunciada Maria Estela Ferreira Rodrigues, paraense, solteira, doméstica, com 21 anos de

idade, filha de Raimundo Quaresma Rodrigues e de Domingas Ferreira Rodrigues, residente e domiciliada nesta cidade na Vileta, Passagem Cecim, nº 27, bairro do Telégrafo, como incurso nas penas do artigo 129, do Código Penal Brasileiro. E, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para que a denunciada sob pena de revelia, compareça a este Juízo no dia 16 do mês de janeiro de 1978, às 10 horas, a fim de ser interrogada pela prática do crime acima mencionado.

Repartição Criminal, 30 de dezembro de 1977.

Eu, Claudionor Gomes da Silva, escrivão, o subscrevi.

Dra. MARIA DAS GRAÇAS CAMPOS SÊRIO
1ª Juíza Suplente no exercício da 1ª Pretoria Criminal

(G. Reg. - nº 003)

— EDITAL —

A Doutora Maria das Graças Campos Sêrio, 1ª Juíza Suplente, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo doutor Moacyr Bernardino Dias, resp. p/, 1º Promotor Público da Capital, foi denunciado Carlos Augusto Pinheiro, paraense, solteiro, mecânico, com 21 anos de idade, filho de José Calazans Pinheiro e de Maria Nascimento Pinheiro, residente e domiciliado nesta cidade à Av. 1º de Dezembro, nº 888, bairro do Marco, como incurso nas penas do artigo 129 do Código Penal Brasileiro. E, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para que o denunciado sob pena de revelia, compareça a este Juízo no dia 17 do mês de janeiro de 1978, às 10 horas, a fim de ser interrogado pela prática do crime acima mencionado.

Repartição Criminal, 30 de dezembro de 1977.

Eu, Claudionor Gomes da Silva, escrivão, o subscrevi.

Dra. MARIA DAS GRAÇAS CAMPOS SÊRIO
1ª Juíza Suplente, no exercício da 1ª Pretoria Criminal.

(G. Reg. - nº 003)

— EDITAL —

A Doutora Maria das Graças Campos Sêrio, 1ª Juíza Suplente, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo doutor Moacyr Bernardino Dias, 2º Promotor Público da Capital, foi denunciado Joacy de Jesus Corrêa, paraense, solteiro, açougueiro, com 29 anos de idade, filho de Francisco dos Santos Corrêa e de Eunice Ferreira de Jesus, residente e domiciliado nesta cidade à Trav. Monte Alegre, nº 1829, bairro da Estrada Nova, como incurso nas penas do artigo 129, do Código Penal Brasileiro. E, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para que o denunciado sob pena de revelia, compareça a este Juízo no dia 18 do mês de janeiro de 1978, às 10 horas, a fim de ser interrogado pela prática do crime acima mencionado.

Repartição Criminal, 30 de dezembro de 1977.
Eu, Claudionor Gomes da Silva, escrivão, o
subscrevi.

Dra. MARIA DAS GRAÇAS CAMPOS
SÉRIO

1ª Juíza Suplente no exercício da 1ª Pretoria Criminal

(G. Reg. - nº 003)

— EDITAL —

A Doutora Maria das Graças Campos Sério, 1ª
Juíza Suplente, faz saber aos que este lerem ou dele
tomarem conhecimento que pelo doutor Moacyr
Bernardino Dias, 2º Promotor Público da Capital, foi
denunciada Maria de Nazaré da Conceição Ramos,

paraense, solteira, doméstica, com 20 anos de idade,
filha de Raimundo Ramos e de Maria da Conceição
Ramos, residente e domiciliada nesta cidade à Trav.
Honório José dos Santos, nº 169, Jurunas, como
incurso nas penas do artigo 129, do Código Penal
Brasileiro. E, como não foi encontrado para ser citado
pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para
que o denunciado sob pena de revelia, compareça a
este Juízo no dia 19 do mês de janeiro de 1978, às 10
horas, a fim de ser interrogado pela prática do crime
acima mencionado.

Repartição Criminal, 30 de dezembro de 1977.
Eu, Claudionor Gomes da Silva, escrivão, o
subscrevi.

Dra. MARIA DAS GRAÇAS CAMPOS SÉRIO
1ª Juíza Suplente, no exercício da
1ª Pretoria Criminal

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

ATO Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 1978

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Re-
gião, no uso de suas atribuições legais, e
Tendo em vista o que consta do Processo TRT P-9705/76, e
das Resoluções nºs 1503/76 e 1763/77,

R E S O L V E :

LOTAR, a partir de 09 de janeiro de 1978, os Exmºs Srs.
Drs. Raimundo das Chagas, Eunice de Souza Botelho, Hermes
Afonso Tupinambá Neto, Antonino Edson Botelho Cordovil, Anto-
nio Soares Araújo, Jacemir Fernandes de Almeida e Vicente José
Malheiros da Fonseca, Juizes do Trabalho Substitutos, na 1ª Sub-
Região, com sede na Cidade de Belém, da Justiça do Trabalho da
8ª Região.

Publique-se, Dê-se Ciência e Cumpra-se.

RAUL SENTO-SÉ GRAVATA
Presidente

ATO Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 1978

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Re-
gião, no uso de suas atribuições legais, e

Tendo em vista o que consta do Processo TRT P-9705/76 e
das Resoluções nºs 1503/76 e 1763/77,

R E S O L V E :

I - LOTAR, a partir de 09 de janeiro de 1978, as Exmas.
Sras. Dras. Maria das Graças Cabral Viégas e Vera Lúcia Câmara
de Sá Peixoto, Juízas do Trabalho Substitutas, na 2ª Sub-Região,
com sede na Cidade de Manaus, da Justiça do Trabalho da 8ª Re-
gião.

II - CONCEDER às mencionadas Magistradas, passagens
aéreas no trecho Belém-Manaus.

III - AUTORIZAR a cobertura das despesas com bagagens
das referidas Juízas, no limite estabelecido pelo art. 134 da Lei nº
1.711/52.

Publique-se e Registre-se.

RAUL SENTO-SÉ GRAVATA
Presidente

ATO Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 1978

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava
Região, no uso de suas atribuições legais, e

Tendo em vista o que consta do Processo TRT P-9.705/76, e
das Resoluções nºs 1.503/76 e 1.763/77,

R E S O L V E :

I - LOTAR, a partir de 09 de janeiro de 1978, o Exmo. Sr.
Dr. Luiz Albanô Mendonça de Lima, Juiz do Trabalho Substituto,
na 4ª Sub-Região, com sede na cidade de Porto Velho, da Justiça do
Trabalho da Oitava Região.

II - CONCEDER ao mencionado magistrado, passagem
aérea no trecho Belém-Porto Velho.

III - AUTORIZAR a cobertura das despesas com bagagem,
no limite estabelecido pelo art. 134 da Lei número 1.711/52.

Publique-se e registre-se.

RAUL SENTO-SÉ GRAVATA
Presidente
(G. - Reg, nº 004).

ATO Nº 04, DE 02 DE JANEIRO DE 1978

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava
Região, no uso de suas atribuições legais, e

Tendo em vista o que consta do Processo TRT P-9.705/76, e
das Resoluções nºs 1.503/76 e 1.763/77,

R E S O L V E :

LOTAR, a partir de 09 de janeiro de 1978, a Exma Sra. Dra.
Zilah Maria Callado Fadul, Juíza do Trabalho Substituta, na 4ª
Sub-Região, com sede na Cidade de Santarém, da Justiça do Tra-
balho da Oitava Região.

Publique-se e Registre-se.

RAUL SENTO-SÉ GRAVATA
Presidente
(G. Reg. Nº 004)

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: Cons. JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

RESOLUÇÃO Nº 8.038

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 06 de dezembro de 1977.

CONSIDERANDO a comunicação do Exmo. Sr. Conselheiro-Presidente, constante de Ata nº 2.233, desta data;

R E S O L V E :

I - Aprovar a escala de distribuição de processos pelos Auditores, em anexo;

II - Ficam mantidos os itens I e II da Portaria nº 3.540, de 15.02.77.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORREA PRADO

(G. Reg. Nº 3453)

RESOLUÇÃO Nº 8.039

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 06 de dezembro de 1977.

CONSIDERANDO a proposição do Exmo. Sr. Conselheiro-Presidente, constante da ata nº 2233, desta data;

R E S O L V E :

Sustar, no período de 26 a 31 do corrente mês, a tramitação dos processos para que se proceda à avaliação do trabalho anual e consequentemente, elaborados os relatórios das atividades pertinentes ao exercício de 1977.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORREA PRADO

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.076

(Processo Nº 37.845)

Requerente: Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Dr. Alberto Seguin Dias, Secretário de Estado do Interior e Justiça, através ofício nº 0779, de 18 de agosto de 1977, remeteu a registro a este Tribunal, a Portaria nº 0203, de 16 de agosto de 1977, que aposenta Jacy Esmeraldina Paes, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério, lotado na Escola Estadual "Paulo Maranhão", da Secretaria de Estado de Educação,

de acordo com os artigos 110, item III, parágrafo único e 111, item I, letra a) "in fine", da Constituição do Estado do Pará (Emenda Constitucional nº 1, de 29 de outubro de 1969), combinados com os artigos 159, item II, 161, item I, 138, item V, 143 e 145, parágrafo 2º, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e dos Municípios e mais o artigo 37, parágrafo único, da Lei nº 4.502, de 19 de dezembro de 1973, passando a perceber nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 16.800,00 (Dezesseis Mil e Oitocentos Cruzeiros), assim discriminados:

- Vencimento Integral	1.000,00
- Adicional por Tempo de Serviço - 40%	400,00
Provento Mensal	Cr\$ 1.400,00
Provento Anual	Cr\$ 16.800,00

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente

EVA ANDERSEN PINHEIRO

Relatora

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORREA PRADO

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.077

(Processo Nº 32.204)

Requerentes: Coordenadoria dos Órgãos Regionais e Cooperação Financeira da Capital - CORCOF - SEDUC.

Relatora: Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, relativos à prestação de contas da Coordenadoria dos Órgãos Regionais e Cooperação Financeira da Capital - CORCOF - SEDUC, exercício de 1974, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente:

I - Negar aprovação à prestação de contas da Coordenadoria dos Órgãos Regionais e Cooperação Financeira da Capital - CORCOF, exercício de 1974, e responsabilizar Sol Elarrat Canto, pela importância de Cr\$ 1.147,59 (Hum Mil, Cento e Quarenta e Sete Cruzeiros e Cinquenta e Nove Centavos) e Humberto de Aguiar Andrade Lima, pela quantia de Cr\$ 8.307,18 (Oito Mil, Trezentos e Sete Cruzeiros e Dezoito Centavos), devendo os mesmos no prazo de (30) trinta dias, recolherem referidas importâncias aos cofres estaduais;

II - Esgotado o prazo sem que as providências acima determinadas sejam cumpridas, encaminhar os autos à Procuradoria, para as medidas cabíveis.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente

EVA ANDERSEN PINHEIRO

Relatora

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORREA PRADO

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.078

(Processo Nº 34.098)

Assunto: Tomada de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Benevides.

Relator: Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, referentes a Tomada de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Benevides, exercício de 1975, de responsabilidade da Sra. Mirian Paula Galvão.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente:

I - Negar aprovação às contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Benevides, exercício de 1975, devendo a Sra. Mirian Paula Galvão, ser responsabilizada pela importância de Cr\$ 4.534,37 (Quatro Mil, Quinhentos e Trinta e Quatro Cruzeiros e Trinta e Sete Centavos);

II - Encaminhar os autos ao Ministério Público junto a este Tribunal para os ulteriores de direito.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

(Impedida de Votar)

EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORREA PRADO

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.079

(Processo Nº 36.119)

Requerente: Coronel Eladyr Nogueira Lima, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado.

Relator: Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Coronel Eladyr Nogueira Lima, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado, remeteu a exame e julgamento a este Tribunal, sua prestação de contas na importância de Cr\$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Cruzeiros), relativa ao auxílio recebido do Governo do Estado, no exercício financeiro de 1976, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar como aprovada fica a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor do Coronel Eladyr Nogueira Lima, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado, na importância de Cr\$ 75.000,00 (setenta e

Cinco Mil Cruzeiros), relativa ao auxílio recebido do Governo do Estado no exercício financeiro de 1976.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

Impedida de Votar

EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORREA PRADO

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.080

(Processo Nº 36.175)

Requerente: Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relatora: Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Dr. Alberto Seguin Dias, Secretário de Estado do Interior e Justiça, através ofício nº 0764, de 15.08.77, remeteu a registro a este Tribunal, a aposentadoria de Maria Thereza Rabelo, no cargo de Estatístico-Auxiliar, Padrão C, do Quadro Permanente, lotado na Secretaria de Estado de Administração, nos termos da Portaria nº 0198, de 09.08.77, de acordo com os artigos 110, item I e 111, item I, letra b, da Constituição do Estado do Pará (Emenda Constitucional nº 1, de 29 de outubro de 1969), combinados com os artigos 159, item III, parágrafo 2º, 161, item II, 138, item V, 143 e 145, parágrafo 2º, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e dos Municípios, passando a perceber nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 11.682,00 (Onze Mil, Seiscentos e Oitenta e Dois Cruzeiros), assim discriminados:

- Vencimento Integral	885,00
- Adicional por Tempo de Serviço - 10%	88,50
Provento Mensal	Cr\$ 973,50
Provento Anual	<u>Cr\$ 11.682,00</u>

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente

EVA ANDERSEN PINHEIRO

Relatora

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORREA PRADO

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.081

(Processo Nº 36.116)

Requerente: Sra. Helga Schumann, Presidente da Associação Berço de Belém.

Relator: Conselheiro ARNALDO CORREA PRADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que a Sra. Helga Schumann, Presidente da Associação Berço de Belém, remeteu a exame e julgamento a este Tribunal, sua prestação de contas, na importância de Cr\$ 11.355,66 (Onze Mil, Trezentos e Cinquenta e Cinco Cruzeiros e Sessenta e Seis Centavos), relativa ao auxílio recebido da Prefeitura Municipal de Belém, no exercício financeiro de 1976, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar como aprovada fica, a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor da Sra. Helga Schumann, Presidente da Associação Berço de Belém, na importância de Cr\$ 11.355,66 (Onze Mil, Trezentos e Cinquenta e Cinco Cruzeiros e Sessenta e Seis Centavos), relativa ao auxílio recebido da Prefeitura Municipal de Belém, no exercício financeiro de 1976.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente
ARNALDO CORREA PRADO

Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO
ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
EMÍLIO MARTINS

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.082

(Processo Nº 36.689)

Requerente: Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relatora: Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Dr. Alberto Seguin Dias, Secretário de Estado do Interior e Justiça, através ofício nº 0822, de 09.09.77, remeteu a registro a este Tribunal a reforma "ex-officio" do Soldado PM, Francisco das Chagas Souza da Silva, pertencente ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Pará, nos termos da Portaria nº 0229, de 06 de setembro de 1977, de acordo com os artigos 93, 94, item II, 96, item IV e 98, parágrafos 1º e 2º, letra c, da Lei Estadual nº 4.525, de 09 de julho de 1974, combinados com o artigo 96, inciso 2, da Lei nº 4.491, de 28 de novembro de 1973, passando a perceber nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 25.396,80 (Vinte e Cinco Mil, Trezentos e Noventa e Seis Cruzeiros e Oitenta Centavos), assim discriminados:

- Soldo de 3º Sargento	1.924,00
- Habilitação Militar - 10%	192,40
Provento Mensal	Cr\$ 2.116,40

Provento Anual Cr\$ 25.396,80

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente
EVA ANDERSEN PINHEIRO

Relatora

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORREA PRADO

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.083

(Processo Nº 36.996)

Requerente: Sra. Olga Hachen Thomé Chamié, Presidente da Associação da Pia União do Pão de Santo Antonio.

Relator: Conselheiro ARNALDO CORREA PRADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que a Sra. Olga Hachen Thomé Chamié, Presidente da Associação da Pia União do Pão de Santo Antonio, remeteu a exame e julgamento a este Tribunal, sua prestação de contas relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 24.757,96 (Vinte e Quatro Mil, Setecentos e Cinquenta e Sete Cruzeiros e Noventa e Seis Centavos), auxílio recebido da Prefeitura Municipal de Belém, no exercício financeiro de 1976, para manutenção da referida entidade, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar, como aprovada fica a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor da Sra. Olga Hachen Thomé Chamié, Presidente da Associação da Pia União do Pão de Santo Antonio, relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 24.757,96 (Vinte e Quatro Mil, Setecentos e Cinquenta e Sete Cruzeiros e Noventa e Seis Centavos), auxílio recebido pela Prefeitura Municipal de Belém, no exercício financeiro de 1976, para manutenção da referida Entidade.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente

ARNALDO CORREA PRADO

Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

Impedida de Votar

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMÍLIO MARTINS

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.084

(Processo Nº 37.918)

Requerente: Dr. Zoenio Mota Gueiros, Diretor Regional da SUCAM, no Pará.

Relator: Conselheiro ARNALDO CORREA PRADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Dr. Zoenio Mota Gueiros, Diretor Regional da SUCAM, no Pará, remeteu a exame a este Tribunal sua prestação de contas referente ao emprego da importância de Cr\$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta Mil Cruzeiros), recebida do Governo do Estado, a título de auxílio, decorrente de convênio firmado em 08.09.1976, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar, como aprovada fica, a presente prestação de contas e autorizar a Presidência deste Tribunal, a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor do Dr. Zoenio

Mota Gueiros, Diretor Regional da SUCAM, no Pará, relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta Mil Cruzeiros), auxílio decorrente de convênio celebrado com o Governo do Estado, destinado ao incremento das atividades de combate à malária (período de 08.09.76 a 27.07.77).

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente
ARNALDO CORREA PRADO

Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

Impedida de Votar

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMÍLIO MARTINS

Foi presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.085

(Processo Nº 37.713)

Requerente: Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relatora: Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Dr. Alberto Seguin Dias, Secretário de Estado do Interior e Justiça, através ofício nº 0723, de 08 de agosto de 1977, remeteu a registro neste Tribunal, a Portaria nº 0176, de 29 de julho de 1977, que aposenta Nilza Monteiro Nascimento, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código EP-3, do Quadro Especial do Magistério, lotado na Escola Estadual "28 de Janeiro", Município de Castanhal, da Secretaria de Estado de Educação, de acordo com os artigos 110, item III, parágrafo único e 111, item I, letra a) "in fine" da Constituição do Estado do Pará (Emenda Constitucional nº 1, de 29 de outubro de 1969), combinados com os artigos 159, item II, 161, item I, 138, item V, 143 e 145, parágrafo 2º, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e dos Municípios e mais o artigo 37, parágrafo único, da Lei nº 4.502, de 19 de dezembro de 1973, passando a perceber nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 16.800,00 (Dezesseis Mil e Oitocentos Cruzeiros), assim discriminados:

- Vencimento Integral 1.000,00
- Adicional por Tempo de Serviço - 40% 400,00

Provento Mensal Cr\$ 1.400,00

Provento Anual Cr\$ 16.800,00

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente
EVA ANDERSEN PINHEIRO

Relatora

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORREA PRADO

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.086

(Processo Nº 38.146)

Requerente: Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: Conselheiro EMÍLIO MARTINS.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Dr. Alberto Seguin Dias, Secretário de Estado do Interior e Justiça, através ofício nº 0858, de 20 de setembro de 1977, remeteu a registro neste Tribunal, a Portaria nº 0234, de 16 de setembro de 1977, que aposenta Joana de Souza Correa, no cargo de Servente, Nível I, do Quadro Permanente, lotado na Escola Estadual "Monsenhor Mâncio", Município de Bragança, da Secretaria de Estado de Educação, de acordo com os artigos 110, item III, parágrafo único e 111, item I, letra a) "in fine", da Constituição do Estado do Pará (Emenda Constitucional nº 1, de 29 de outubro de 1969), combinados com os artigos 159, item II, 161, item I, 138, item V, 143 e 145, parágrafo 2º, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e dos Municípios, passando a perceber nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 12.510,72 (Doze Mil, Quinhentos e Dez Cruzeiros e Setenta e Dois Centavos), assim discriminados:

- Vencimento Integral 868,80

- Adicional por Tempo de Serviço - 20% 173,76

Provento Mensal Cr\$ 1.042,56

Provento Anual Cr\$ 12.510,72

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Conselheiro-Presidente
EMÍLIO MARTINS

Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

ARNALDO CORREA PRADO

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA - Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.087

(Processos Nºs 36.744 e 37.808)

Requerente: Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: Conselheiro EMÍLIO MARTINS.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Dr. Alberto Seguin Dias, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a registro neste Tribunal, as reformas dos seguintes:

Processo Nº 36.744 - Temistocles Ferreira Campos, Soldado PM, pertencente ao Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Pará, nos termos da Portaria nº 0233, de 06 de setembro de 1977, de acordo com os artigos 49, item III, letra h, 93, 94, item II e 96, item V, da Lei Estadual nº 4.525, de 09 de julho de 1974, combinados com a Lei nº 4.491, de 28 de novembro de 1973, passando a perceber nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 15.007,20 (Quinze Mil, Sete Cruzeiros e Vinte Centavos), assim discriminados:

- Soldo 962,00

- Tempo de Serviço - 20% 192,40

- Habilitação Militar - 10% 96,20

Provento Mensal Cr\$ 1.250,60

Provento Anual Cr\$ 15.007,20
 Processo Nº 37.808 – Emanuel Farias de Lima, Cabo PM, pertencente ao Batalhão de Destacamento da Polícia Militar do Pará, nos termos da Portaria nº 0200, de 16 de agosto de 1977, de acordo com os artigos 93, 94, item II e 98, parágrafo 2º letra c, da Lei Estadual nº 4.525, de 09 de julho de 1974, combinados com o artigo 96, incisos 1 e 2, da Lei nº 4.491, de 28 de novembro de 1973, passando nessa situação a perceber os proventos anuais de Cr\$ 27.705,60 (Vinte e Sete Mil, Setecentos e Cinco Cruzeiros e Sessenta Centavos), assim discriminados:

– Soldo de 3º Sargento 1.924,00
 – Tempo de Serviço - 10% 192,40
 – Habilitação Militar - 10% 192,40
 Provento Mensal Cr\$ 2.308,80
 Provento Anual Cr\$ 27.705,60

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os dois (2) registros solicitados.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
 Conselheiro-Presidente
 EMÍLIO MARTINS
 Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
 EVA ANDERSEN PINHEIRO
 ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
 ARNALDO CORREA PRADO

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA – Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

ACÓRDÃO Nº 10.088
 (Processos Nºs 37.869 e 38.166)

Requerente: Dr. ALBERTO SEGUIN DIAS, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relatora: Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Dr. Alberto Seguin Dias, Secretário de Estado do Interior e Justiça, através ofícios nºs 0742, de 11.08.77 e 0889, de 29.09.77, remeteu a registro neste Tribunal as reformas ex-officio de:

Processo Nº 37.869 – PM Daniel Pinheiro da Silva, pertencente ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Pará, nos termos da Portaria nº 0186, de 09 de agosto de 1977, de acordo com os artigos 93, 94, item II e 96, item V, da Lei Estadual nº 4.525, de 09 de julho de 1974, combinados com a Lei nº 4.491, de 28 de novembro de 1973, passando a perceber nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 16.738,80 (Dezesseis Mil, Setecentos e Trinta e Oito Cruzeiros e Oitenta Centavos), assim discriminados:

– Soldo 962,00
 – Tempo de Serviço - 15% 144,30
 – Categoria Tipo I - 20% 192,40
 – Habilitação Militar - 10% 96,20
 Provento Mensal Cr\$ 1.394,90
 Provento Anual Cr\$ 16.738,80

Processo Nº 38.166 – PM Augusto Carlos Vieira da Costa, pertencente ao Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Pará, nos termos da Portaria nº 0244, de 21.09.77, de acordo com os artigos 93, 94, item II, 96, item IV, 97 e 98, parágrafo 1º e 2º, letra c, da Lei Estadual nº 4.525, de 09 de julho de 1974, combinados com o artigo 96, inciso 2, da Lei nº 4.491, de 28 de novembro de 1973, passando a perceber

nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 30.014,40 (Trinta Mil, Quatorze Cruzeiros e Quarenta Centavos), assim discriminados:

– Soldo de 3º Sargento 1.924,00
 – Habilitação Militar - 10% 192,40
 – Categoria Tipo I - 20% 384,80
 Provento Mensal Cr\$ 2.501,20
 Provento Anual Cr\$ 30.014,40

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os registros solicitados. Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
 Conselheiro-Presidente
 EVA ANDERSEN PINHEIRO
 Relatora

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
 ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
 EMÍLIO MARTINS

ARNALDO CORREA PRADO

Foi Presente: Dr. IVAN BARBOSA DA CUNHA – Subprocurador.

(G. Reg. Nº 3452)

PORTARIA Nº 3803, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1977

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as disposições contidas na Resolução nº 8.038, de 06.12.77, e

Considerando a necessidade de se estabelecer equitativamente o rodízio dos entes da Administração Direta e Indireta dos Poderes Públicos Estadual e Municipal, aos Auditores, para efeito de fiscalização de contas, cujas atribuições são inerentes a este Tribunal.

R E S O L V E :

1 – Especificar e redistribuir os processos de prestação de contas das entidades centralizadas e descentralizadas do Poder Público Estadual e Municipal, dos Auditores, para o exercício financeiro de 1978, anteriormente descritas na Portaria nº 3540/77, desta Presidência, na forma do anexo que a esta acompanha.

2 – Ficam mantidos os itens 2 e 3 constantes da Portaria supra mencionada.

3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se e registre-se.

Gabinete do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 14 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
 Conselheiro Presidente
 (G. Reg. Nº 3452)

D. Pessoal

PORTARIA Nº 3.806, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1977

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Resolução nº 8.049, de 09 de dezembro de 1977,

R E S O L V E :

CONCEDER à funcionária Dia Maria Cavalcante Melo, Auxiliar de Controle Externo, Nível 3 deste Tribunal, trinta (30) dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde, de acordo com o art. 98 da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 (estatuto

dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), a contar de 27 de novembro de 1977.

Dê-se Ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 15 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Conselheiro-Presidente
(G. Reg. Nº 3452)

D. Pessoal

PORTARIA Nº 3.807, DE 15 DE DEZEMBRO
DE 1977

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Resolução nº 8.049, de 09 de dezembro de 1977,

R E S O L V E :

CONCEDER à funcionária Maria José da Consolação Freitas Monteiro, Auxiliar de Controle Externo, Nível 1 deste Tribunal, quinze (15) dias de licença para assistir pessoa da família, de acordo com o art. 105, da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), a contar de 09 de novembro de 1977.

Dê-se Ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 15 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Conselheiro-Presidente
(G. Reg. Nº 3452)

D. Pessoal

PORTARIA Nº 3.808, DE 15 DE DEZEMBRO
DE 1977

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Resolução nº 8.049, de 09 de dezembro de 1977,

R E S O L V E :

CONCEDER à funcionária Maria das Graças da Silva Neves, Auxiliar de Controle Externo, Nível 1 deste Tribunal, trinta (30) dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde, de acordo com o art. 98 da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), a contar de 19 de novembro de 1977.

Dê-se Ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 15 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Conselheiro-Presidente
(G. Reg. Nº 3452)

D. Pessoal

PORTARIA Nº 3.809, DE 15 DE DEZEMBRO
DE 1977

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Resolução nº 8.049, de 09 de dezembro de 1977,

R E S O L V E :

CONCEDER à funcionária Maria da Conceição Tuma Ribeiro, Auxiliar de Controle Externo, Nível 2 deste Tribunal, sessenta (60) dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde, de acordo com o art. 98 da Lei nº 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), a contar de 11 de novembro de 1977.

Dê-se Ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 15 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Conselheiro-Presidente
(G. Reg. Nº 3452)

D. Pessoal

PORTARIA Nº 3.813-A, DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1977

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Dr. José Tadeu Silva Leão de Sales, Auditor deste Tribunal, dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o parágrafo único do art. 23 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, a contar de 19 de dezembro de 1977.

Dê-se Ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 22 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Conselheiro-Presidente
(G. Reg. Nº 3452)

D. Pessoal

PORTARIA Nº 3.814, DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1977

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

DESIGNAR a Auxiliar de Controle Externo, Nível 2, Raimunda Izabel Dias Garcia, para responder pelo Setor de Inspeção e Auditoria deste Tribunal, durante o impedimento do titular Aníbal Sérgio França, a contar de 19 de dezembro de 1977.

Dê-se Ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 22 de dezembro de 1977.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Conselheiro-Presidente
(G. Reg. Nº 3452)

Impressos em Geral.
Fornecemos mediante
orçamento prévio às
entidades públicas,
particulares, profissionais
liberais e parlamentares

Informações na Diretoria
Administrativa da
IMPrensa Oficial

TRIBUNAL ELEITORAL

Presidente: Des. EDGAR MAIA LASSANCE CUNHA

CARTÓRIO DA 29ª ZONA

EDITAL Nº 407/77

PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que os Eleitores: Zélia Duarte Monteiro, portadora do título nº 504010, da 27ª Zona de Belo Horizonte - Minas Gerais; João Pacheco Rauda, portador do título nº 28.605, da 16ª Zona de Itajaí - Santa Catarina, solicitaram as transferências de seus Títulos Eleitorais para esta 29ª Zona de acordo com a Lei Eleitoral em vigor.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos trinta (30) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). E eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3317)

EDITAL Nº 407/77

PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que este Juízo Deferiu os pedidos de 2ªs Vias de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Silvano de Carvalho, título nº 100.883, lotado na 32ª Secção;

Mafalda Costa da Trindade, título nº 105.452, lotada na 193ª Secção; Jorge Luiz de Santana, título nº 73.954, lotado na 161ª Secção;

Nelson de Alfaia de Abreu, título nº 61.728, lotado na 119ª Secção;

Alberi César Barata Pires, título nº 52.704, lotado na 84ª Secção;

Estelina Alves de Fonseca, título nº 20.316, lotada na 55ª Secção.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos seis (06) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3341)

EDITAL Nº 408/77

PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que este Juízo Deferiu os pedidos de 2ªs Vias de Títulos Eleitorais abaixo relacionados:

Oswaldo dos Santos Neves, título nº 92.563, lotado na 199ª Secção;

Edilson Villhena dos Santos, título nº 97.864, lotado na 210ª Secção;

Orlandina Lima Meiguins, título nº 42.752, lotada na 7ª Secção;

Oswaldino Amorim Ferreira, título nº 96.815, lotado na 196ª Secção.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, ao primeiro (01) dia do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3341)

EDITAL Nº 409/77

PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que este Juízo Deferiu os pedidos de 2ªs Vias de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Antonio Farias Sodré, título nº 97.325, lotado na 210ª Secção;

Maria Dilza Braga de Oliveira, título nº 40.628, lotada na 107ª Secção;

Zadir de Sena Correa, título nº 69.297, lotado na 151ª Secção;

Zulina de Almeida Collares, título nº 73.042, lotada na 159ª Secção;

Belmira da Conceição Fontenele, título nº 72.924, lotada na 160ª Secção;

Creusa Ferreira Miralha, título nº 56.490, lotada na 113ª Secção.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos dois (02) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3341)

EDITAL Nº 410/77

PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que os Eleitores: Maria Ferreira de Souza, portadora do título nº 44.485, da 30ª Zona de Ananindeua - Pará; Jesuino de Souza Lins, portador do título nº 48, da 4ª Zona Cruzeiro do Sul - Acre; Renato Moraes, portador do título nº 17.514, da 12ª Zona de Cametá - Pará; Domingas da Costa Serrão, portadora do título nº 17.117, da 12ª Zona Cametá - Pará; Pedro de Alcântara, portador do título nº 9, da 8ª Zona de Vigia - Pará; Maria Madalena Correia Furtado da Costa, portadora do título nº 4.385, da 14ª Zona de Vizeu - Pará; Esmeralda Tavóra da Silva, portadora do título nº 10.709, da 2ª Zona de Macapá - Amapá; Ana Souza Albuquerque, portadora do título nº 11.661, da 10ª Zona de Muaná - Pará, solicitaram as transferências de seus Títulos Eleitorais para esta 29ª Zona, de acordo com a Lei Eleitoral em vigor.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, ao primeiro (01) dia do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3341)

EDITAL Nº 411/77

PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que o Eleitor: Raimundo da Silva Dias, portador do título nº 5.788, da 9ª Zona de Curuçá - Pará, solicitou a transferência de seus Títulos Eleitorais para esta 29ª Zona, de acordo com a Lei Eleitoral em vigor.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos cinco (05) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3341)

EDITAL Nº 412/77

PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que este Juízo Deferiu os pedidos de 2ªs Vias de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Ocila da Luz Moraes, título nº 49.768, lotada na 113ª Secção;
Lucila da Silva Ferreira Lima, título nº 30.516, lotada na 96ª Secção;
Aurea Celeste Castelo Branco Leão Pereira, título nº ..., da 122ª Secção;
Rainundo Nonato Pereira da Costa, título nº 99.099, lotado na 66ª Secção;
Benedito Couto Marques, título nº 71.783, lotado na 159ª Secção.

E para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Es-

tado do Pará, aos cinco (05) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3341)

EDITAL Nº 413/77

PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que este Juízo Deferiu os pedidos de 2ªs Vias de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Wilson Lemos de Almeida, título nº 41.135, lotado na 102ª Secção;
Lélio Pacheco de Pacheco de Oliveira, título nº 23.456, lotado na 68ª Secção;
Maria de Nazaré de Alencar Xavier, título nº 76.970, lotada na 172ª Secção;
Luiz da Silva Santos, título nº 51.883, lotado na 47ª Secção;
Paulo Martins Ramalho, título nº 79.759, lotado na 173ª Secção;
Charles Liguél Ferreira de Freitas, título nº 109.873, lotado na 36ª Secção;
Palmira Gomes de Oliveira, título nº 92.579, lotada na 206ª Secção;
Edilson Ferreira Castro, título nº 57.082, lotado na 123ª Secção.

E para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos sete (07) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3367)

EDITAL Nº 414/77

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que os Eleitores: José Ferreira da Silva, portador do título nº 76.884, da 1ª Zona de Goiana - Goiás; Porfirio Carvalho dos Santos, portador do título nº 5.605, da 15ª Zona de Breves - Pará; Raimunda Marinho da Silva, portadora do título nº 27.927, da 11ª Zona de São Miguel do Guamá, solicitaram as transferências de seus Títulos Eleitorais para esta 29ª Zona, de acordo com a Lei Eleitoral em vigor.

E para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos seis (06) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona

EDITAL Nº 415/77

PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que este Juízo Deferiu os pedidos de 2ªs Vias de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Helena Benedita do Rosário, título nº 58.224, lotada na 128ª Secção;

Iverson Antonio dos Santos Pessoa, título nº 49.924, lotado na 79ª Secção;

Paulo Renato dos Santos Brito, título nº 88.807, lotado na 199ª Secção;

Dilma Penha Mendes, título nº 74.016, lotada na 162ª Secção;

Luiza Helena Horácio da Silva, título nº 103.423, lotada na 6ª Secção;

José Gracionel Cordovil da Rocha, título nº 56.629, lotado na 122ª Secção.

E para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos nove (09) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3404)

EDITAL Nº 416/77

PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que os Eleitores abaixo: Elvira Barroso Furtado, portadora do título nº 2.727, da 9ª Zona de Curuçá - Pará; João Marinho Viana Teixeira, portador do título nº 13.345, da 22ª Zona de Óbidos - Pará; Nilza Cristo da Costa Potiguar, portadora do título nº 11.710, da 41ª Zona de Ourém - Pará; Luiz Alves da Silva, título nº 6.008, lotado na 77ª Secção, da 28ª Zona de Belém - Pará, solicitaram as transferências de seus Títulos Eleitorais para esta 29ª Zona, de acordo com a Lei Eleitoral em vigor.

E para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos (09) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3404)

EDITAL Nº 417/77

PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que este Juízo Deferiu os pedidos de 2ªs Vias de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Zulmira Figueira da Silva, título nº 5.214, lotada na 4ª Secção;

João Abreu da Silva, título nº 5.212, lotado na 4ª Secção;
Maria de Nazaré Ferreira de Azevedo, título nº 79.786, lotada na 169ª Secção;

Sebastião Carlos de Oliveira Barbosa, título nº 64.339, lotado na 135ª Secção;

João Batista de Andrade, título nº 116.515, lotado na 29ª Secção;

Ana Amaral da Silva, título nº 89.360, lotada na 200ª Secção.

E para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos doze (12) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral da 29ª Zona, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3404)

EDITAL Nº 418/77

PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que os Eleitores: Armando Monteiro de Moraes, portador do título nº 67.574, da 28ª Zona de Belém - Pará; Jorge Azevedo de França, portador do título nº 146.613, da 14ª Zona do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro; Inez Elias Ribeiro, portadora do título nº 26.685, da 11ª Zona de São Miguel do Guamá - Pará; Filomena Silva dos Santos, portadora do título nº 59.979, da 29ª Zona de Belém - Pará, solicitaram as transferências de seus títulos para esta 29ª Zona, de acordo com a Lei Eleitoral em vigor.

E para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos quinze (15) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3419)

EDITAL Nº 419/77

PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que este Juízo Deferiu os pedidos de 2ªs Vias de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:
Benedita de Souza Ferreira, título nº 21.446, lotada na 57ª Secção;

Augusto Serrano Neto, título nº 84.275, lotado na 187ª Secção;

Rosa Marques Braga, título nº 101.295, lotada na 59ª Secção;

Odemar Pereira Batista, título nº 46.293, lotado na 154ª Secção;

Ana Maria Valente Bentes, título nº 73.902, lotada na 163ª Secção.

E para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos quinze (15) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona

(G. Reg. nº 3419)

EDITAL Nº 420/77

PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que este Juízo Deferiu os pedidos de 2ªs Vias de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Elisia Roso do Nascimento, título nº 70.487, lotada na 138ª Secção;

João Batista de Oliveira, título nº 88.197, lotado na 198ª Secção;

Pedro Nobre da Silva, título nº 11.612, lotado na 36ª Secção;

Luiz de Brito de Souza, título nº 97.170, lotado na 91ª Secção;

Pedro Aquino Silva, título nº 116.216, lotado na 30ª Secção; Arnaldo João Barros Pereira, título nº 83.198, lotado na 177ª Secção.

E para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos quatorze (14) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3419)

EDITAL Nº 421/77

PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que este Juízo Deferiu os pedidos de 2ªs Vias de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Francisco de Souza Lino, título nº 66.075, lotado na 119ª Secção;

Manoel Medeiros Tenório, título nº 111.718, lotado na 212ª Secção;

José Maria Nascimento Cabral, título nº 41.923, lotado na 35ª Secção;

José Tadeu Machado Serrão, título nº 100.587, lotado na 71ª Secção;

Antonio Carlos Tomaz Barros, título nº 87.389, lotado na 193ª Secção.

E para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos quinze (15) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, Escrivã Eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a.) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. Reg. Nº 3419)

EDITAL Nº 422/77
PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que os Eleitores: Jubal Cabral Filho, portador do título nº 23.698, da 20ª Zona de Santarém-Pará; Zenaide da Conceição Machado, portadora do tí-

tulo nº 5.340, da 28ª Zona de Belém-Pará, Maria de Nazaré dos Santos Machado, portadora do título nº 79.368, da 28ª Zona de Belém-Pará; Adalberto Rodrigues dos Santos, portador do título nº 12.170, da 8ª Zona de Vigia-Pará; Manoel Benedito da Paixão e Silva, portador do título nº 9.904, da 32ª Zona de Marapanim-Pará; Ronaldo da Silva Nogueira, portador do título nº 8.513, lotado na 42ª Secção da 8ª Zona de Vigia-Pará; solicitaram as transferências de seus títulos Eleitorais para esta 29ª Zona de acordo com a Lei Eleitoral em vigor.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos dezenove (19) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrivã eleitoral o datilografei e subscrevi.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona

(G. - Reg. nº 3438).

EDITAL Nº 423/77
PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que este Juízo DEFE-RIU os pedidos de 2ªs. Vias de títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Francisco da Silva Magno, título nº 89.933, lotado na 204ª Secção;

Edilson de Souza Corrêa, título nº 73.336, lotado na 151ª Secção;

Terezinha do Menino Jesus dos Santos, título nº 65.290, lotada na 143ª Secção;

Augusto Alves dos Santos, título nº 106.313, lotado na 211ª Secção;

José Antonio do Rosário, título nº 75.934, lotado na 169ª Secção;

Sonia Maria Baena, título nº 44.389, lotada na 110ª Secção.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém Estado do Pará, aos vinte (20) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrivã eleitoral o datilografei e subscrevi.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona

(G. - Reg. nº 3438).

EDITAL Nº 423-A/77
PEDIDOS DE 2ªs VIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que este Juízo DEFE-RIU os pedidos de 2ªs. Vias de títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

João Nunes Pantoja, título nº 81.479, lotada na 180ª Secção;

Elizabeth Regina Pereira da Costa, título nº 97.204, lotada na 75ª Secção;

Julia de Souza Nunes, título nº 7.597, lotada na 24ª Secção;

Maria do Perpétuo Socorro da Silva, título nº 98.111, lotada na 45ª Secção;

Juvenal Conceição Pinheiro, título nº 102.575, lotado na 146ª Secção.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e um (21) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrivã eleitoral o datilografei e subscrevi.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona

PEDIDOS DE 2ªs. VIAS
EDITAL Nº 424/77

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que este Juízo DEFE-RIU os pedidos de 2ªs. Vias de títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Silveria Damasceno de Souza, título nº 22.069, lotada na 56ª Secção;

Benedito Barbosa Reis, título nº 10.015, lotado na 7ª Secção.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos dezenove (19) dias do mês de dezembro, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, neste Cartório fiz esta autuação. Eu, Fanny Carmen Matos, escrevã eleitoral o datilografei e subscreví.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. - Reg. nº 3438).

EDITAL Nº 424-A/77
PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que os Eleitores: Iracema Figueiredo Veiga, portadora do título nº 459, da 8ª Zona de São Caetano de Odívelas-Pará; Luiza Chagas Figueiredo, portadora do título nº 11.996, da 8ª Zona de São Caetano de Odívelas-Pará; Iraci Chagas de Figueiredo Santos, portadora do título nº 12.027, da 8ª Zona de São Caetano de Odívelas-Pará; Leonor dos Santos de Figueiredo, portadora do título nº 14.935, da 8ª Zona de Vigia-Pará; Maria Zilma Figueiredo Ferreira, portadora do título nº 15.777, da 8ª Zona de São Caetano de Odívelas; José Guimarães Lima, portador do título nº da 1ª Zona de Teresina-Piauí, solicitaram as transferências de seus títulos eleitorais para esta 29ª Zona de acordo com a Lei Eleitoral em vigor.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e um (21) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrevã eleitoral o datilografei e subscreví.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS.
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. - Reg. nº 3442).

EDITAL Nº 425/77
PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIAS

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que os Eleitores: José Maria dos Santos, portador do título nº 41.405, da 5ª Secção, da 25ª Zona de Salinópolis-Pará; Erotildes Cardoso Pena, portadora do título nº 50.514, da 30ª Zona de Acará-Pará, solicitaram as transferências de seus títulos eleitorais para esta 29ª Zona de acordo com a Lei Eleitoral em vigor.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte (20) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrevã eleitoral o datilografei e subscreví.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juiz Eleitoral da 29ª Zona
(G. - Reg. nº 3438).

EDITAL Nº 425/77

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÕES ELEITORAIS DE ACORDO COM O ART. 71, ÍTEM V, DA LEI Nº 4.737, DE 15.07.1965.

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém-Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que, nos termos do Art. 71, Ítem V, da Lei nº 4.737, de 15.07.1965, está correndo o prazo de Dez (10) dias para ciência dos interessados que poderão contestar dentro de Cinco (5) dias sobre os CANCELAMENTOS das seguintes Inscrições Eleitorais: Deuzuith Torres da Silva, inscrita sob o nº 48.438, lotada na 42ª Secção; Cecília Santos Ferreira, inscrita sob o nº 55.297, da 97ª Secção; e Anastácio Marcos Leão, inscrito sob o nº 32.926, lotado na 34ª Secção. E para constar, mandei expedir o presente EDITAL que será publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete. Eu, Fanny Carmen Matos, escrevã eleitoral, o datilografei e subscreví.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. - Reg. nº 3442).

EDITAL Nº 426/77

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL, DE ACORDO COM O ART. 6º, ÍTEM I, LETRA "B", DA LEI Nº 4.737, DE 15.07.1965.

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém-Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER a quem interessar possa que, de acordo com o Art. 6º, Ítem I, da Lei nº 4.737, de 15.07.1965, está correndo o prazo de Dez (10) dias para ciência dos interessados que poderão contestar dentro de Cinco (5) dias sobre o CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO ELEITORAL de: José Antônio de Araújo, portador do Título eleitoral nº 10.634, lotado na 4ª Secção. E para constar, mandei expedir o presente EDITAL que será publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém-Estado do Pará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete. (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrevã eleitoral, o datilografei e subscreví.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS
Juíza Eleitoral da 29ª Zona
(G. - Reg. nº 3442).

EDITAL Nº 427/77

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL DE CAORDO COM O ART. 42, DO CÓDIGO ELEITORAL

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém-Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que, nos termos do Art. 42, do Código Eleitoral em vigor, está correndo o prazo de Dez (10) dias para ciência dos interessados que poderão contestar dentro de Cinco (5) dias, sobre o CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO ELEITORAL de: Selma Moram dos Santos, filha de Manoel Ferreira dos Santos e de Raimunda Nonata Moram dos Santos, residente à Av. Gentil Bittencourt, nº 2.319, Bairro de São Braz. E para constar, mandei expedir o presente EDITAL que será publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém-Estado do Pará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de de-

zembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen de Peluso Matos, escrevê eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS

Juíza Eleitoral da 29ª Zona

(G. - Reg. nº 3442).

EDITAL Nº 428/77

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÕES ELEITORAIS, DE ACORDO COM O ART. 6º, ÍTEM II, LETRA "C", DA LEI Nº 4.737, DE 15.07.1965

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém - Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que, nos termos do Art. 6º, Ítem II, da Lei nº 4.737, de 15.07.1965, está correndo o prazo de 10 (dez) dias para ciência dos interessados que poderão contestar dentro de Cinco (5) dias, sobre o CANCELAMENTO PROVISÓRIO das seguintes inscrições eleitorais: Paulo Roberto de Souza, inscrito sob o nº 120.119, lotado na 42ª Secção; Lenoir Alves Campos da Cunha, inscrito sob o nº 120.117, da 98ª Secção; Elismar Travassos, inscrito sob o nº 120.113, da 98ª Secção. E para constar, mandei expedir o presente EDITAL que será publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrevê eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS

Juíza Eleitoral da 29ª Zona

(G. - Reg. nº 3457).

EDITAL Nº 429/77

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL DE ACORDO COM O ART. Nº 71, ÍTEM IV, DA LEI Nº 4.737, DE 15.07.1965.

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém - Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que de acordo com o Art. 71, Ítem IV, da Lei nº 4.737, de 15.07.1965, do Código Eleitoral em vigor, está correndo o prazo de dez (10) dias para ciência dos interessados que poderão contestar dentro de cinco (5) dias, sobre o CANCELAMENTO da Inscrição Eleitoral de Emmanuel Ubiratan Pereira de Barros, portador do Título Eleitoral nº 2.105, lotado na 7ª Secção. E para constar, mandei expedir o presente EDITAL que será publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém - Estado do Pará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrevê eleitoral, o datilografei e subscrevi.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS

Juíza Eleitoral da 29ª Zona

(G. - Reg. nº 3457).

EDITAL Nº 430/77

PEDIDOS DE 2ª. VIA

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que este Juízo DEFE-RIU os pedidos de 2ª. Via de Títulos dos Eleitores abaixo relacionados:

Raimundo Aviz Gonçalves, título nº 98.336, lotado na 54ª Secção;

Neide Greijal Holanda, título nº 40.540, lotada na 54ª Secção;

Elbanisia Pereira Sifuentes, título nº 98.552, lotada na 31ª Secção;

Guilherme Andrade de Castro, título nº 105.560, lotado na 193ª Secção.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e seis (26) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrevê eleitoral da 29ª Zona datilografei e subscrevi.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS

Juíza Eleitoral da 29ª Zona

EDITAL Nº 431/77

PEDIDOS DE TRANSFERÊNCIA

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que os Eleitores: Francisca Pereira da Silva Monteiro, portadora do título nº 15.012, da 4ª Zona de Castanhal-Pará; Francisca Roberta das Chagas Araújo, portadora do título nº 32.988, da 3ª Zona de Parnaíba-Piauí; solicitaram a transferência de seus títulos eleitorais para esta 29ª Zona de acordo com a Lei Eleitoral em vigor.

E, para constar mandei expedir o presente EDITAL, que será publicado pela IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e seis (26) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrevê eleitoral o datilografei e subscrevi.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS

Juíza Eleitoral da 29ª Zona

EDITAL Nº 432/77

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÕES ELEITORAIS DE ACORDO COM O ART. 71, ÍTEM III, DA LEI Nº 4.737, DE 15.07.1965.

A Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS, Juíza Eleitoral da 29ª Zona da Comarca de Belém - Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER, a quem interessar possa que de acordo com o Art. 71, ítem III, da Lei nº 4.737, de 15.07.1965, do Código Eleitoral em vigor, está correndo o prazo de Dez (10) dias para ciência dos interessados que poderão contestar dentro de (5) Cinco dias, sobre O CANCELAMENTO das seguintes inscrições eleitorais: Celiz Mihio Kataho, portadora do título nº 119.584, lotada na 66ª Secção; Nazareno Rodrigues de Souza, inscrito sob o nº 120.407, lotado na 94ª Secção; Maria de Nazaré Paz Monteiro, inscrita sob o nº 120.804, lotada na 59ª Secção; e Claudio Moraes Maia, título nº 120606, lotado na 214ª Secção. E, para constar, mandei expedir o presente EDITAL que será publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém - Estado do Pará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977). Eu, Fanny Carmen Matos, escrevê, o datilografei e subscrevi.

(a) Dra. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS

Juíza Eleitoral da 29ª Zona

CARTÕES DE VISITA

**Confeccionamos
vários modelos**

**Serviços Gráficos da
IMPRENSA OFICIAL**